

PERIODICIDADE | TRIMESTRAL



ABR - JUN 2021

ISSN: 2595-2234

BOLETIM DE
CONJUNTURA

ECO NÔ MI CA

MARANHENSE





GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino de Castro e Costa

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Carlos Orleans Brandão Júnior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

Luis Fernando Silva

PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

Dionatan Silva Carvalho

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS

Luiz Jorge Bezerra Dias

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Hiroshi Matsumoto

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS POPULACIONAIS E SOCIAIS

Talita de Sousa Nascimento Carvalho

DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E FINANÇAS PÚBLICAS

Anderson Nunes Silva

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS REGIONAIS E SETORIAIS

Geilson Bruno Pestana Moraes

COORDENAÇÃO

Departamento de Estudos Regionais e Setoriais

ELABORAÇÃO

Anderson Nunes Silva
Carlos Eduardo Nascimento Campos
Cléa Nathanny Fonseca dos Santos
Leonardo Vinícius Cruz Moraes

Geilson Bruno Pestana Moraes
Matheus Pereira Farias
Mírian Carvalho da Costa
Raphael Bruno Bezerra Silva

COLABORAÇÃO

Isabela Souza Julio
Janderson Rocha Silva
Julia Rebechi de Azevedo

REVISÃO DE LINGUAGEM

Yamille Castro

NORMALIZAÇÃO

Dyana Pereira

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos -IMESC

Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. v. 9, n. 2,. São Luís: IMESC, 2021

Trimestral

ISSN 2595 2234

55 p.

1. Economia 2. Maranhão I. Título

CDU 33 (812.1)

**SUMÁRIO**

APRESENTAÇÃO	5
1. ABRANGÊNCIA INTERNACIONAL	7
2. ABRANGÊNCIA NACIONAL	11
2.1 Indicadores Econômicos e Nível de Atividades	11
2.1.1 Câmbio, inflação e juros	11
2.1.2 Produto Interno Bruto – PIB	13
2.1.3 Agropecuária	15
2.1.4 Serviços	16
2.1.5 Comércio	18
2.1.6 Indústria	19
2.2 Balanço de Pagamentos e Comércio Exterior	21
2.2.1 Balanço de Pagamentos	21
2.2.2 Balança Comercial	22
2.3 Finanças Públicas	22
2.4 Mercado de Trabalho	23
3 ABRANGÊNCIA ESTADUAL	26
3.1 Indicadores Econômicos e Nível de Atividades	26
3.1.1 Inflação	26
3.1.2 Produto Interno Bruto	27
3.1.3 Agropecuária	29
3.1.4 Indústria	31
3.1.5 Serviços	33
3.1.6 Comércio Varejista	35
3.2 Comércio Exterior	38
3.2.1 <i>Commodities</i>	38
3.2.2 Balança Comercial	39
3.3 Investimentos	40
3.3.1 Investimentos em andamento	40
3.3.2 Investimentos Previstos	43
3.4 Finanças Públicas	43
3.5 Mercado de Trabalho	48
3.5.1 Ocupação Formal e Informal	48
3.5.2 Mercado de Trabalho Formal Celetista	51



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil: Dólar Comercial (PTAX) - Cotação no Último Dia Útil do Mês (R\$).....	11
Gráfico 2 - Brasil: Acumulado do ano (%), Índice Geral do IPCA; Subitem de maior impacto; 1º e 2º trimestres e acumulado do ano (janeiro a junho) de 2021.....	12
Gráfico 3 - Brasil: Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre agosto de 2021 e agosto de 2028 em %. (jul/21 e ago/21).....	13
Gráfico 4 - Brasil: Variação percentual da produção estimada em 2021* quando comparado ao ano de 2020.....	15
Gráfico 5 - Brasil: Produção industrial por categoria de uso - janeiro de 2020 a junho de 2021 - Índice de base fixa com ajuste sazonal (Base: média de 2012 = 100)	19
Gráfico 6 - Brasil: Índice de Confiança do Empresário Industrial, resultados mensais do período de janeiro de 2020 a agosto de 2021.....	20
Gráfico 7 - Brasil: Atividades industriais - Variação acumulado do ano (%).....	20
Gráfico 8 - Brasil: Taxa de desocupação e de desalento, por trimestres de 2019 a 2021, (em %)....	23
Gráfico 9 - Brasil: Ocupação formal e informal (em milhões).....	24
Gráfico 10 - São Luís: Acumulado do ano (janeiro a junho) dos grupos do IPCA.....	26
Gráfico 11 - Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB - 2010 a 2023 (%).....	27
Gráfico 12 - Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) - 2013 a 2021.....	29
Gráfico 13 - Maranhão: Produção agrícola. Variação percentual da produção em junho de 2021 quando comparado ao ano de 2020 (%).....	30
Gráfico 14 - Maranhão: Índice de Confiança do Empresário Industrial do Maranhão (ICEI) – jan. /2020 a jul. /2021.....	32
Gráfico 15 - Maranhão: Evolução do índice base fixa com ajuste sazonal e da variação (%) mês/mês anterior.....	34
Gráfico 16 - Maranhão: Saldo de empregos formais das atividades da PMS de janeiro a junho, 2020 e 2021.....	35
Gráfico 17 - Maranhão: Evolução do índice base fixa com ajuste sazonal e da variação (%) mês/mês anterior.....	36
Gráfico 18 - Maranhão: Saldo de empregos formais das atividades da PMC de janeiro a junho de 2020 e 2021.....	37
Gráfico 19 - Número-índice para a cotação internacional da soja, milho, carne bovina e algodão, de 2019 até julho de 2021 (Base 2010=100), baseado no preço em dólares (US\$) nominais.....	38
Gráfico 20 - Número-índice para a cotação internacional do petróleo, alumínio, minério de ferro e cobre, de janeiro de 2019 até julho 2021 (Base 2010=100), baseado no preço em dólares (US\$) nominais.....	39
Gráfico 21 - Maranhão: Investimentos públicos em andamento, no acumulado de janeiro a junho de 2021 (R\$ milhões, a preços de junho/2021, IPCA).....	41
Gráfico 22 - Maranhão: Gastos por função no acumulado de janeiro a junho de 2020 e 2021*, em R\$ milhões constantes (IPCA de junho/2021).....	47
Gráfico 23 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desocupação entre 2012 e 2021.....	48
Gráfico 24 - Brasil: Saldo de ocupação em 2020 e 2021, (em mil).....	49
Gráfico 25 - Maranhão: Número de ocupados por posições na ocupação - 2019 a 2021.....	50
Gráfico 26 - Brasil e Maranhão: Rendimento médio real (R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões), 2014 a 2021, inflacionados pelo IPCA a preços de maio de 2021.....	51
Gráfico 27 - Maranhão: Saldo de Emprego Formal por tipo de Ocupação, dez maiores e dez menores no acumulado* de 2021.....	52
Gráfico 28 - Maranhão: Saldo de empregos gerados no acumulado do ano*, segundo o porte das empresas.....	53
Gráfico 29 - Maranhão: Saldo acumulado* de emprego com carteira em regime parcial e trabalho intermitente.....	53



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil: Taxas de Crescimento do PIB Trimestral (em %), base = primeiro trimestre do ano	14
Tabela 2 - Brasil: Estimativas para a variação % - Mediana - Ano 2021, PIB e Valor Adicionado da Agropecuária, dos Serviços e da Indústria (base = igual período do ano anterior), data de divulgação e diferença em p.p.	15
Tabela 3 - Brasil: Estimativa anual da produção (toneladas) dos principais produtos das lavouras em junho de 2021, além das variações mensais (mai.21) e anuais (jun.20)	16
Tabela 4 - Brasil: Variação (%) mensal e interanual do volume de serviços por atividades em junho e no acumulado no ano. Base fixa 2014 = 100	17
Tabela 5 - Brasil: Variação (%) mensal e interanual do volume de vendas do comércio varejista restrito e ampliado por atividades em junho e no acumulado no ano. Base fixa 2014 = 100	18
Tabela 6 - Brasil: Balanço de Pagamentos 2020* e 2021* (US\$ bilhões)	21
Tabela 7 - Brasil: Resultado Primário do Governo Central (R\$ milhões - valores de junho/2021 – IPCA) por discriminação em junho de 2021 e no acumulado no ano de janeiro a junho de 2021 e variação (%) interanual mensal e no acumulado no ano	22
Tabela 8 - Brasil: Geração de emprego formal por grupamento de atividades econômicas – saldo mensal* e acumulado do ano**	25
Tabela 9 - Maranhão: Estimativa anual da produção (toneladas) dos principais produtos das lavouras em junho de 2021, e variações mensais (mai.21) e anuais (jun.20)	30
Tabela 10 - Maranhão: Valor Bruto da Produção Agropecuária (R\$), a preços constantes*,	31
Tabela 11 - Maranhão: Saldo de emprego formal da Indústria por porte das empresas, no segundo semestre de 2021	33
Tabela 12 - Maranhão: Variação (%) mensal e interanual do volume de serviços em junho e no acumulado no ano. Base fixa 2014 = 100	33
Tabela 13 - Maranhão: Variação (%) mensal e interanual do volume de vendas do comércio varejista restrito e ampliado em junho e no acumulado no ano. Base fixa 2014 = 100	36
Tabela 14 - Maranhão: Principais complexos e produtos exportados pelo estado do Maranhão de 2019 a 2021, valores em US\$ milhões, quantidade em mil toneladas e variações absoluta e relativa	39
Tabela 15 - Maranhão: Principais produtos das importações maranhenses de 2019 a 2021, valores em US\$ milhões, quantidade em mil toneladas e variações absoluta e relativa	40
Tabela 16 - Brasil: Investimento Público Federal no Maranhão no acumulado do ano 2021, segundo a função do Gasto (Valores pagos, corrigidos pelo IPCA de junho/2021)	42
Tabela 17 - Maranhão: Investimentos Públicos Estaduais (Empenhados) em andamento no acumulado de 2021*, em milhões, preços constantes pelo IPCA de junho/2021, por áreas de destinação	42
Tabela 18 - Maranhão: Receitas Correntes e de Capital, em R\$ milhões constantes (IPCA de junho/2021), no acumulado de janeiro a junho de 2020 e 2021*	44
Tabela 19 - Maranhão: Arrecadação de ICMS por setor de atividade econômica, em junho de 2019 e 2020, e no acumulado de janeiro a junho de 2020 e 2021, em R\$ milhões constantes (IPCA de junho/2021), crescimento (%) e Variação Absoluta	45
Tabela 20 - Maranhão: Transferências Constitucionais para o Maranhão no acumulado de janeiro a junho de 2020 e 2021, em R\$ milhões correntes, crescimento (%) e Variação Absoluta	46
Tabela 21 - Maranhão: Despesas Correntes e de Capital no acumulado de janeiro a junho de 2019 e 2020, em R\$ milhões constantes (IPCA de junho/2020)	47
Tabela 22 - Maranhão: Número de ocupados (em mil pessoas), segundo os grupamentos de atividade, de 2020 a 2021; Variação Absoluta e taxa de crescimento (%)	50
Tabela 23 - Maranhão: Geração de emprego formal por grupamento de atividades econômicas – saldo mensal* e acumulado**	51
Tabela 24 - Maranhão: Geração de emprego formal considerando o perfil social; no acumulado* de 2021	54

APRESENTAÇÃO

O Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense tem como objetivo analisar a dinâmica da conjuntura econômica maranhense, bem como as perspectivas de curto prazo. O Boletim alcança os mais diversos segmentos, tais como: administração pública, empresários, terceiro setor, trabalhadores, pesquisadores. Publicado desde o ano de 2008, o Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense é um dos principais produtos do IMESC e possui o desafio de realizar a leitura atual da economia maranhense de forma holística, por meio de informações oficiais.

A análise estrutura-se em três grandes tópicos, considerando que os das economias internacional e nacional contemplam, sobretudo, os aspectos que subsidiam a análise da economia estadual. Na seção de economia internacional, analisa-se as relações internacionais, sobretudo econômicas, envolvendo parceiros comerciais do Brasil. Na seção de abrangência nacional, são analisados indicadores econômicos, tais como câmbio, inflação, juros, comércio exterior (balanço de pagamentos, commodities e balança comercial), Produto Interno Bruto - PIB, agropecuária, indústria, serviços e comércio varejista); finanças públicas e mercado de trabalho. Na abrangência estadual, faz-se um amplo levantamento dos principais indicadores disponíveis, tanto em bases secundárias (jornais, revistas, notícias, dentre outros), como informações provenientes de registros administrativos de ministérios e outros órgãos federais, secretarias de estado, demais órgãos estaduais, conselhos de classe e empresas, em temas similares ao que é analisado na abrangência nacional.

Boa Leitura!

SUMÁRIO EXECUTIVO

O WEO (Relatório econômico) de julho deste ano do FMI (Fundo Monetário Internacional) manteve sua projeção de crescimento da economia mundial em 6% para 2021. Em relação à pandemia, houve piora no controle da COVID 19 em algumas partes do mundo como a China e a Índia além dos países subdesenvolvidos na África, diante da nova expansão (nova onda) de casos no mundo, desde o último relatório WEO de abril de 2021.

Na abrangência nacional, apesar do aquecimento do ciclo das *commodities*, favorável às exportações, o Produto Interno Bruto do país, registrado pelo IBGE, foi de 0,1% no 2º trimestre de 2021, tendo como base de comparação o 1º trimestre do ano. Com o patamar atingido, o PIB manteve-se no nível do pré-pandemia (4º trimestre de 2019). Quanto à estimativa para o ano, a mediana das expectativas, medida pelo Focus/BCB em 03/09/2021, é de alta de 5,15% para 2021. Previsão que está em linha com a previsão do FMI em julho/2021 (+ 5,3% em 2021). A expectativa do Governo Federal é que haja um maior impacto positivo do avanço da vacinação no segundo semestre e do grau de recuperação do mercado de trabalho. Além disso, prevê-se que o setor industrial volte a contribuir positivamente a partir do terceiro trimestre de 2021, diante do registro de alta nas expectativas dos industriais.

Em relação à inflação acumulada em 12 meses até junho de 2021, o nível de preços registrou alta de 8,35%, segundo o IBGE, o que representou 3,15 pontos percentuais acima do teto da meta estabelecida pelo Banco Central. A perspectiva para segundo semestre é de pressão inflacionária devido a fatores climáticos (redução do nível de chuvas e frente fria no sul e sudeste do Brasil), que afetam os alimentos e o custo da energia. Atrelado a isso, a taxa Selic encontra-se no patamar de 5,25%, com viés de alta ao longo do ano.

No que se auto ao Maranhão, no acumulado do ano até junho, o IPCA, foi de 3,72% impulsionado pelo crescimento trimestral do grupo "Transportes", que registrou alta de 7,73%. Ademais, destaca-se a pressão exercida pelo grupo Habitação, que apresentou alta acumulada de 4,62% no primeiro semestre de 2021.

A economia maranhense em 2021 deverá crescer 4,1%, segundo reavaliação feita pelo IMESC neste segundo trimestre. Importante destacar que a pandemia do novo coronavírus ainda não se encerrou, contudo, tem havido um maior grau de controle, e gradualmente, as atividades econômicas têm ganhado força ao longo do ano, passando a dinamizar o mercado de trabalho e a geração de renda. Pela ótica da oferta, a estimativa para o setor primário foi reavaliada para um crescimento de 4,5%, ante 7,0%, conforme o divulgado no primeiro trimestre do ano. Para a Indústria, a estimativa também foi revisada positivamente para 1,9% em 2021, ante 1,5%. Por sua vez, para o setor de Serviços, expectativa de desempenho do setor terciário para 2021 é de alta de 4,6%, cerca de 0,4 ponto percentual a mais que no trimestre anterior.

Conforme estudo do IMESC, o Governo do Maranhão é protagonista no investimento público no primeiro semestre de 2021, com participação de 95%. Em relação aos investimentos em andamento da esfera estadual no acumulado do ano até junho, foi registrado o montante de R\$ 981,8 milhões, a preços constantes de junho de 2021, com destaque para a categoria de Investimentos em Infraestrutura, que contabilizou R\$ 652,8 milhões no período de referência, conforme dados da Seplan/MA.

Em relação ao mercado de trabalho, o contingente de ocupados acima de 14 anos no estado alcançou 2,19 milhões de pessoas no segundo trimestre de 2021, efeito do crescimento de 2,7% em relação ao trimestre anterior e de 10,1% no comparativo interanual, segundo a PNAD Contínua/IBGE. A maior dinâmica do mercado de trabalho também pode ser medida pelo contingente de pessoas inseridas na Força de Trabalho, que já superou o patamar pré-pandemia.

Todos os setores apresentaram variações positivas do total de ocupados, na comparação com o mesmo período do ano anterior. A Construção registrou o maior crescimento absoluto, seguido dos Serviços, o setor que concentra a maior parte dos ocupado, com destaque para o segmento de "Alojamento e alimentação".

1. ABRANGÊNCIA INTERNACIONAL

Projeção para o crescimento econômico em 2021 se mantêm em 6%

O WEO (Relatório econômico) de julho deste ano do FMI (Fundo Monetário Internacional) manteve sua projeção de crescimento da economia mundial em 6% para 2021. Dessa forma, a previsão global segue inalterada desde abril de 2021, mas com revisões em alguns países.

Tabela 1 - Atualização do Panorama Econômico Mundial, com base no WEO de julho de 2021

Países e Regiões	2019	Projeções julho/2021		Diferença Abril/2021 (p.p)
		2020	2021	2021
PIB Mundial	2,8	-3,2	6,0	0,0
Economias avançadas	1,6	-4,6	5,6	0,5
Estados Unidos	2,2	-3,5	7,0	0,6
Zona do Euro	1,3	-6,5	4,6	0,2
Alemanha	0,6	-4,8	3,6	0,0
França	1,8	-8,0	5,8	0,0
Japão	0,0	-4,7	2,8	-0,5
Economias emergentes	3,7	-2,1	6,3	-0,4
China	6,0	2,3	8,1	-0,3
Índia	4,0	-7,3	9,5	-3,0
Rússia	2,0	-3,0	4,4	0,6
América Latina e Caribe	0,1	-7,0	5,8	1,2
Brasil	1,4	-4,1	5,3	1,6
México	-0,2	-8,3	6,3	1,3
Argentina	-2,1	-9,9	6,4	0,6

Fonte: WEO de julho de 2021

Observa-se alta das projeções do PIB de alguns países desenvolvidos, com destaque para: crescimento de 7% dos Estados Unidos – ancoradas no apoio fiscal adicional; alta de 5,8% do PIB da França devido à retomada das atividades comerciais e do setor de serviços relacionados à transporte e turismo; e ao aumento de 3,6% da Alemanha, em função da melhora em seus indicadores de saúde relacionados à pandemia, segundo o FMI.

Por outro lado, as perspectivas para alguns mercados de países em desenvolvimento como China e Índia foram reduzidas em 0,3 e 3,0 pontos percentuais respectivamente, para 2021 devido à nova onda do covid 19 causada pela variante delta. Apesar da revisão baixista em relação ao último relatório, o crescimento econômico de ambos permanecerá positivo com China crescendo 8,1% e Índia crescendo 9,5% nesse ano.

Em relação ao Brasil, houve alta de 1,6 pontos percentuais em relação ao último relatório de abril de 2021 e teve seu crescimento estimado em 5,3% para esse ano. Ainda em relação às economias em desenvolvimento, o México e a Argentina deverão crescer 6,3% e 6,4% em 2021, o FMI alerta para a necessidade de cuidados permanentes com as prováveis pressões inflacionárias que poderiam agravar a dinâmica de suas atividades setoriais e comprometer o horizonte de crescimento econômico.

Pandemia e Vacinação

Em relação à pandemia, houve piora no controle da COVID 19 em algumas partes do mundo como a China e a Índia além dos países subdesenvolvidos na África, levando ao indicativo de uma nova expansão (nova onda) de casos no mundo, desde o último relatório WEO de abril de 2021.

A piora pode estar relacionada à nova variante do coronavírus chamada de variante delta, e também está relacionado à demora nas campanhas de vacinação nas economias emergentes onde, segundo o FMI, menos de 20% de suas populações estão vacinadas e nos países de baixa renda apenas uma pequena fração teve acesso aos imunizantes. Esses dados contrastam com a média dos resultados de vacinação nas economias avançadas que alcançaram 40%, conforme aponta o FMI.

O relatório WEO ressalta que a recuperação econômica em diversos países poderá atrasar, se parte de suas populações continuar suscetível ao vírus por falta de vacina. O atraso nas campanhas de imunização poderá expô-los a novas cepas do vírus. Nesse caso, o Reino Unido chama atenção por adiar a etapa final da reabertura de sua economia devido a propagação da variante delta. Na China, a província de Guangdong enfrenta novo surto do vírus desde maio. Da mesma forma, a Austrália teve a confirmação de novos casos de infecções, levando à reintrodução de medidas de restrição social em seu território.

Tabela 2 - Relação entre o total de doses aplicadas e pessoas vacinadas em agosto de 2021

PAÍSES	TOTAL DE DOSES APLICADAS	PESSOAS TOTALMENTE VACINADAS	PESSOAS QUE RECEBERAM APENAS A PRIMEIRA DOSE DA VACINA	% DA POPULAÇÃO
CHINA	1.808.092.000	223.299.000 15,90%	622.000.000	44,40%
INDIA	519.080.524	115.484.436 8,50%	403.596.088	29,70%
ESTADOS UNIDOS	352.550.944	166.861.912 50,60%	195.646.711	59,4
BRASIL	1.554.321.670	46.582.569 22%	113.049.759	53,50%

Fonte: OUR WORLD in Data (11/08/2021)

Segundo dados da Our World in Data, até 11 de agosto de 2021, 4,5 bilhão de doses foram administradas, totalizando 1,23 bilhões de pessoas totalmente vacinadas (ou seja, 14,8% da população mundial) e 28,6% da população com ao menos uma dose da vacina contra COVID-19.

Ao mesmo passo em que avançam as campanhas de vacinação pelo mundo, também existe uma preocupação da concentração dessas vacinas em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Isso leva a uma escassez dos imunizantes em países subdesenvolvidos que compromete o horizonte de crescimento econômico ao afetar o comércio e serviços, além ampliar a desigualdade entre as nações no combate à pandemia.

Apesar das dificuldades encontradas para controlar a pandemia em países de baixa renda e do avanço da variante delta em países da Ásia, as projeções de crescimento do PIB feitas pelo WEO de julho deste ano seguem estáveis na média global, devido ao desempenho dos países desenvolvidos que tiveram êxito em um melhor ritmo de vacinação de sua população e a uma maior injeção de recursos públicos nas atividades industriais e disponibilização de linhas de crédito para a recuperação de empresas comerciais.

Meio Ambiente

A pauta ambiental segue sendo central na agenda internacional e a floresta Amazônica, fundamental nesse debate. Em agosto de 2021, reuniões entre representantes do governo norte americano e autoridades brasileiras abordaram a temática ambiental e possíveis parcerias com o objetivo de impulsionar o equilíbrio climático, redução de desigualdades, regeneração ambiental.

A expectativa é de que essa parceria possa impulsionar o desenvolvimento de cadeias econômicas verdes, além de estimular a adoção de tecnologias para reduzir as emissões de poluentes nas atividades econômicas tradicionais nas Américas. Também se espera que sejam implantados novos mecanismos de financiamento internacional de projetos de proteção do bioma amazônico.

As oscilações climáticas mundiais têm provocado secas históricas em diversos países do continente americano como o Brasil e os Estados Unidos, afetando a geração de energia elétrica através da redução dos níveis de água nos reservatórios de suas usinas. O provável problema de abastecimento e do aumento do consumo de energia induzido pelo maior uso de aparelhos de climatização, poderá impactar negativamente na confiança de suas populações em seus sistemas de segurança hídrica nacional, levando a uma revisão nas projeções de aumento da parcela de energia limpa em suas matrizes energéticas.

Em consonância com a agenda internacional, em julho deste ano, o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, o qual é presidido pelo governador do Maranhão, lançou o Plano de Recuperação Verde - PRV, que consiste em uma estratégia de transição para uma economia verde para a região Amazônica baseado nas especificidades regionais e compatível com o crescimento econômico sustentável.

Ainda, no início do mês de agosto, a convite do embaixador do Reino Unido, o governador do Maranhão aderiu à campanha mundial *Race to Zero* - Corrida ao Zero para zerar emissões de carbono, além de ter levado às discussões o Plano de Recuperação Verde (PRV) da Amazônia Legal.

Essas ações devem efetivamente levar a um maior monitoramento das queimadas em países como o Brasil, e o efeito poderá ser uma maior rigidez dos órgãos de controle estatais com os setores econômicos cuja atividade está ligada ao uso de recursos do meio ambiente.

Geopolítica Mundial

- A Alemanha fechou um acordo com o Governo americano em agosto de 2021, que evita novas sanções econômicas aplicadas pelos Estados Unidos sobre a construção do gasoduto Corrente do Norte, segundo aponta o Ministério das relações exteriores alemão. Esse gasoduto está sendo construído pela Rússia e chegará até o território alemão através do mar báltico. O projeto pretende garantir o abastecimento de gás à maior economia da Europa com uma energia barata, aumentando a segurança energética da região e contornando regiões conflituosas como a Ucrânia e a Polônia.
- A Organização dos países exportadores de petróleo - OPEP manteve na sua primeira reunião em agosto de 2021 a previsão de crescimento da demanda de petróleo em 2021 e 2022 inalteradas, segundo dados da própria entidade. Entretanto, a OPEP observa que alguns países que não fazem parte da mesma como Canadá, Rússia, China, Estados Unidos e Brasil, deverão aumentar sua produção. Se destaca que existe um acordo entre esses países e a OPEP com o intuito de expandir sua produção afim de reverter gradualmente os cortes feitos durante a pandemia.
- A retirada definitiva das forças armadas dos Estados Unidos do Afeganistão em agosto de 2021, continua causando instabilidades no cenário geopolítico mundial. Isso se deve ao fato de o Afeganistão possuir posição geográfica estratégica na Ásia Central e sua fronteira com a China estar em uma região que possui população de maioria muçulmana e que enfrenta problemas relacionados aos direitos humanos em Xinjiang. Somado a essa

pressão populacional em Xinjiang, a existência de fronteiras com países sob a esfera de influência da Rússia, que enxerga com preocupação qualquer proximidade com o Talibã, por receio de que haja a entrada de extremistas religiosos em seu território entre os refugiados afegãos. Ressalta-se que em diversos países o Talibã é definido como uma organização terrorista formada por extremistas religiosos.

- A perda da influência americana mediante o fim abrupto de sua presença sob o território afegão e que estava delimitado desde o acordo de Doha assinado em 2020 entre o Governo americano e o Talibã, representa também a perda da influência europeia sobre esse país que possui grandes reservas de minerais raros, mas ainda não explorados economicamente. O Ministério das relações internacionais russo indica que deverá manter comunicação aberta com o país e o Governo Chinês já declara intenção de reconhecer o governo formado pelo Talibã e negociar a participação desse país na iniciativa Cinturão e Rota (projeto de infraestrutura chinês que abrange seus vizinhos para escoar mercadorias). Tanto a China quanto a Rússia têm como objetivo estabilizar a região e evitar atritos com um vizinho violento e armado já que o país ficou com as estruturas militares deixadas pelos americanos durante sua retirada.

2. ABRANGÊNCIA NACIONAL

2.1 Indicadores Econômicos e Nível de Atividades

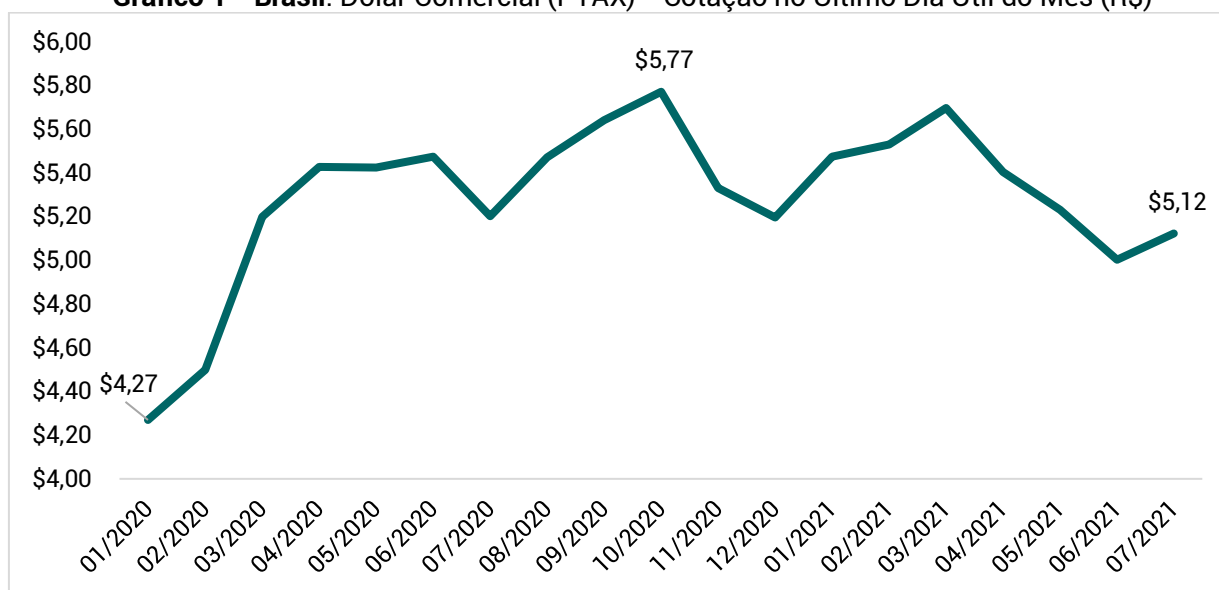
2.1.1 Câmbio, inflação e juros

Cenário está mais favorável à valorização do real

Em 2020, a instabilidade gerada pela covid-19 e as consequentes baixas na taxa Selic, que registrou seu menor patamar histórico, ocasionou fuga de capital com efeitos da desvalorização cambial do Real frente ao Dólar Americano. Há cerca de um ano, a moeda norte-americana chegou a atingir R\$ 5,77. **(Gráfico 1)**

Contudo, no segundo trimestre de 2021 o câmbio apresentou trajetória descendente, alcançando patamar inferior a R\$ 5,00 em junho. A apreciação do real é explicada principalmente pela retomada da economia; o saldo positivo da balança comercial, que registrou superávit de US\$ 7,4 bilhões em julho, somado ao aumento da taxa Selic em 5,25%, com possibilidades de fechar o ano em 7,5%, além do avanço da vacinação. Contudo, apesar do quadro geral de recuo, a piora dos ambientes externo e interno associados a incertezas políticas e fiscais atrelados à pandemia mantem o câmbio em um nível elevado.

Gráfico 1 - Brasil: Dólar Comercial (PTAX) - Cotação no Último Dia Útil do Mês (R\$)



Fonte: Banco Central do Brasil

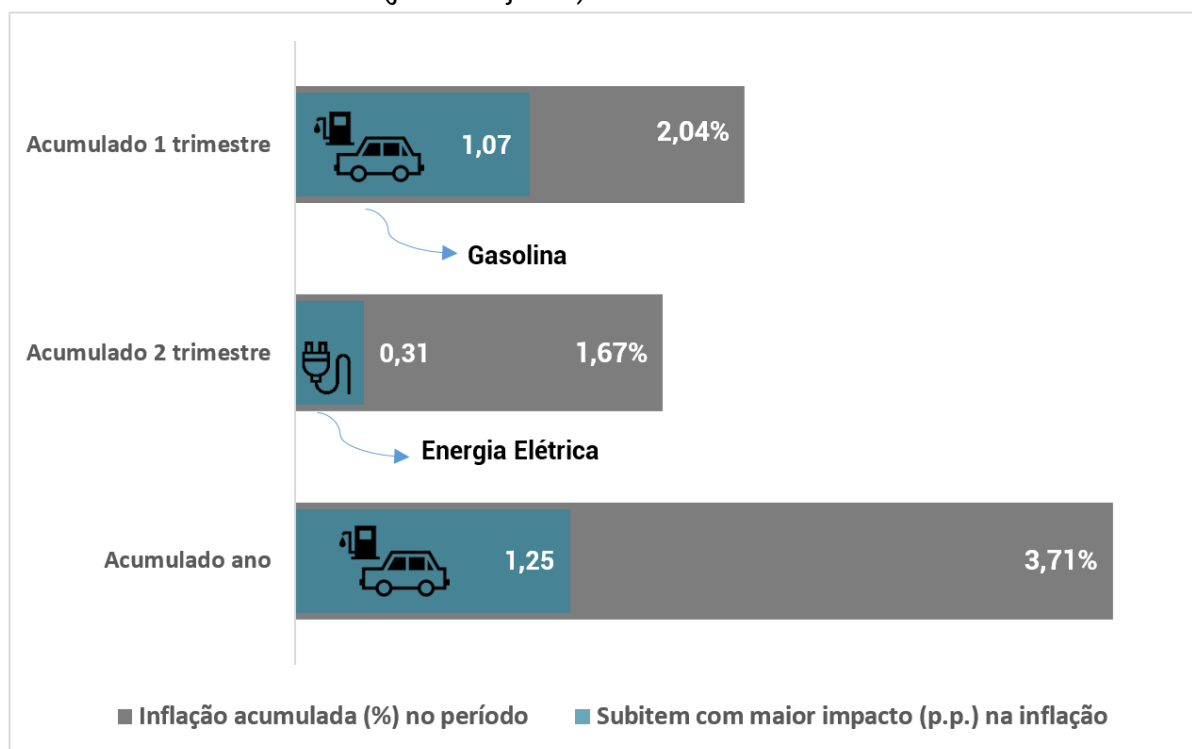
Relatório de Mercado Focus, divulgado no dia 16 de agosto, pelo Banco Central, mostrou manutenção no cenário para a moeda norte-americana em 2021. A mediana das expectativas para o câmbio no fim de período alcançou R\$ 5,10, ante R\$ 5,05 de um mês atrás.

Inflação: IPCA acelera no primeiro semestre com forte pressão dos combustíveis

Considerando os meses de janeiro a junho de 2021 o índice de preços, medido pelo IPCA, acumulou alta de 3,71% no ano. Já, ao contabilizar a inflação acumulada nos 12 meses imediatamente anteriores, o nível de preços acumulou alta de 8,35% em junho, o que representou 3,15 pontos percentuais acima do teto da meta estabelecida pelo Banco Central.

Puxado pela alta da energia elétrica, o grupo Habitação destacou-se como a maior influência no segundo trimestre para o resultado do IPCA. Com as variações de 0,22% em abril, 1,78% em maio e 1,10% em junho, este grupo acumulou alta de 3,26% no ano.

Gráfico 2 - Brasil: Acumulado do ano (%), Índice Geral do IPCA; Subitem de maior impacto; 1º e 2º trimestres e acumulado do ano (janeiro a junho) de 2021.



Fonte: IPCA/IBGE (2021)

Entre os subitens que influenciaram o resultado do grupo habitação, o subitem “energia elétrica residencial” apresentou inflação acumulada de 0,31% no segundo trimestre (**Gráfico 1**). Com esse resultado, pode-se dizer que 18,5% da inflação no segundo trimestre está relacionada ao subitem “energia elétrica”. A pressão sofrida na energia é resultante da redução no nível de chuvas no Brasil, o que ocasiona pressão no sistema elétrico que passa a gerar energia por alternativas mais onerosas, a exemplo, as termoeletricas. O custo adicional da geração de energia é repassado ao consumidor por meio das bandeiras tarifárias que tem como objetivo estimular a redução no consumo de energia das famílias.

Apesar do segundo trimestre ter apresentado impacto inflacionário impulsionado pela energia elétrica, os combustíveis podem ser considerados a principal influência do IPCA no semestre. Considerando o acumulado de 3,71% da inflação no ano, 33% pode ser explicado pela aceleração do preço da gasolina. A elevação no custo dos combustíveis está associada ao aumento na cotação internacional do petróleo, que, por sua vez, é intensificada pela cotação do câmbio.

As perspectivas para segundo semestre são de pressão inflacionária por fatores climáticos (redução do nível de chuvas e frente fria no sul e sudeste do Brasil), que afetam os alimentos e o custo da energia. Somado aos fatores de ordem climática, o avanço da vacinação no Brasil pode acelerar a retomada das atividades econômicas, o que pode afetar os preços pela ótica da demanda.

Juros: Comitê de Política Monetária eleva a SELIC e indica trajetória ascendente

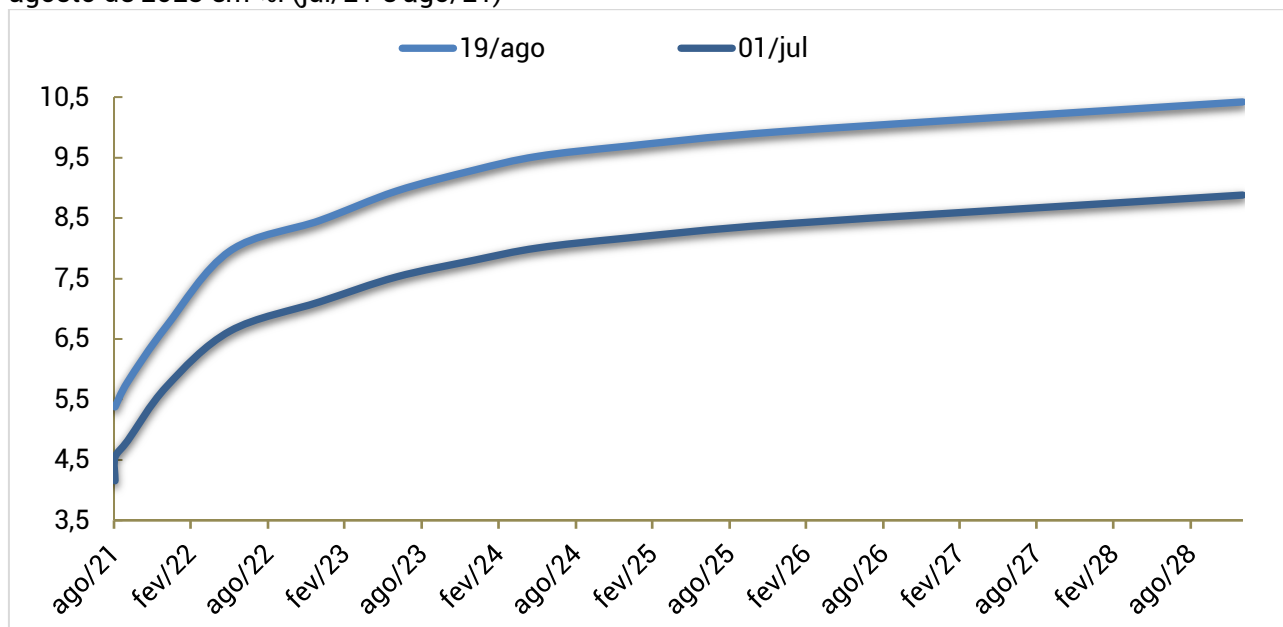
Considerando a trajetória do índice de preços, o Comitê de Política Monetária – COPOM elevou a taxa básica de juros da economia, SELIC, em 1,0 ponto percentual no dia 4 de agosto de 2021, foi o quarto aumento consecutivo. A taxa de juros saiu, portanto, de 2,0%, no início de 2021, para 5,25% atualmente.

A autoridade monetária ressalta a necessidade de reajustar a taxa de juros de maneira propícia, haja vista a trajetória das reformas¹, a condução da política fiscal e a pressão inflacionária.

¹ Reforma Administrativa e Reforma Tributária.

O objetivo é garantir a ancoragem das expectativas inflacionárias². O cenário fiscal mantém as atenções voltadas para decisões referentes aos precatórios, o Bolsa Família e para a reforma do imposto de renda. As expectativas quanto ao nível de atividades também são um fator a ser observado para compreender a trajetória da curva de juros.

Gráfico 3 - Brasil: Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre agosto de 2021 e agosto de 2028 em %. (jul/21 e ago/21)



Fonte: ADVFN/BM&F BOVESPA (2021)

2.1.2 Produto Interno Bruto – PIB

PIB do Brasil recua 0,1% no 2º trimestre de 2021 em relação ao trimestre anterior e mantém-se no nível pré-pandemia, segundo o IBGE

O Produto interno Bruto do país, registrado pelo IBGE, foi de 0,1% no 2º trimestre de 2021, tendo como base de comparação o 1º trimestre do ano. Com o patamar atingido, o PIB manteve-se no nível do pré-pandemia (4º trimestre de 2019). Por sua vez, no comparativo interanual, devido à base de comparação ser correspondente a um período mais intensamente afetado pela pandemia da Covid-19, foi registrada variação de 12,4%.

No segundo trimestre de 2021, considerando a ótica da oferta, o desempenho do Valor Adicionado (VA) da Agropecuária foi de queda 2,8% em relação ao trimestre anterior, influenciado principalmente pela reavaliação negativa da safra de café, segundo o IBGE (**Tabela 1**). O V.A da Indústria recuou 0,2%, influenciado, sobretudo, pela queda de 2,2% nas Indústrias de Transformação e de 0,9% na atividade de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos, ao passo que a Construção (+2,7%) e a Indústria extrativa (+5,3%) cresceram. Por outro lado, no V.A dos Serviços (+0,7%) a alta ocorrida foi decorrente, sobretudo, do maior grau de abertura das atividades frente ao aumento do grau de imunização contra a Covid-19, segundo o IBGE. Os segmentos que registraram maior alta foram “Outras atividades de serviços”³ (+2,1%) e “Comércio” (+0,5%).

² Acesso em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17461/nota>.

³ (i) Alojamento e alimentação; (ii) serviços prestados às empresas; (iii) serviços prestados às famílias; (iv) educação privada; (v) saúde privada e; (vi) serviços domésticos

Tabela 1 - Brasil: Taxas de Crescimento do PIB Trimestral (em %), base = primeiro trimestre do ano

PIB Trimestral	2021
	2º Tri
Ótica da Oferta	
Agropecuária	-2,8
Indústria	-0,2
Serviços	0,7
PIB	0,1
Ótica da Demanda	
Consumo das Famílias	0
Consumo do Governo	0,7
FBCF	-3,6
Exportação	9,4
Importação	-0,6

Fonte: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – SCNT/IBGE

Conforme a **Tabela 1**, considerando a ótica da despesa, a rubrica “exportações” apresentou alta de 9,4%, diante da alta de 24,8% do volume exportado, influenciado pelo novo *boom* das commodities.⁴ O Consumo do Governo apresentou alta de 0,7%. Por sua vez, o Consumo das Famílias permaneceu estável, impactado negativamente pelo aumento da inflação (alta de 3,7% no IPCA no primeiro semestre de 2021, segundo o IBGE); e pela continuidade dos impactos da crise da Covid-19 sobre o mercado de trabalho, haja vista a queda de 0,6% da massa de rendimento real das pessoas ocupadas, além da manutenção da taxa de desemprego (14,1%) no maior patamar para o período desde o início da série no ano 2012, segundo dados da PNAD Contínua.

Conforme o IBGE, a taxa de investimento no segundo trimestre de 2021 foi de 18,2% do PIB, resultado abaixo do registrado no primeiro trimestre do ano (-1,21 p.p), mas acima do registrado no mesmo período do ano anterior (15,1%).

Em relação à previsão anual, o Governo Federal estima um crescimento de 5,30% do PIB em 2021. Em termos reais, conforme estimativa da Secretaria de Política Econômica (SPE) de julho/2021, o Governo projeta a continuidade do bom desempenho do setor de Serviços ao longo deste ano, tendo em vista a expectativa positiva do avanço da vacinação no segundo semestre e do grau de recuperação do mercado de trabalho, que pode ser induzido por esse fato. Além disso, prevê que o setor industrial voltará a contribuir positivamente a partir do terceiro trimestre de 2021, diante do registro de alta nas expectativas dos industriais.⁵

Na mesma linha, o FMI - previsão de julho/2021 - estima um crescimento de 5,3% para o PIB brasileiro em 2021. Já a previsão do mercado, mensurada pelo Focus/BCB em 03/09/2021, é de alta de 5,15% para 2021. Considerando a revisão das estimativas de setembro em relação às de junho de 2021, o PIB apresenta alta de 0,79 p.p e, pela ótica da oferta, o setor que mais contribuiu para esse comportamento foi o de Serviços, devido à reavaliação positivas de 1,05 p.p. (**Tabela 2**).

⁴ Para maiores informações acessar 1º volume do Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense Trimestre/2021

⁵ <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-contenudos/publicacoes/conjuntura-economica/estudos-economicos/2021/ni-resultado-do-pib-2t21-2013-lideranca-do-setor-de-servicos.pdf>

Tabela 2 - Brasil: Estimativas para a variação % - Mediana - Ano 2021, PIB e Valor Adicionado da Agropecuária, dos Serviços e da Indústria (base = igual período do ano anterior), data de divulgação e diferença em p.p.

Ano 2021	04/06/2021 (a)	03/09/2021 (b)	b-a
PIB	4,36	5,15	0,79
Agropecuária	3,12	2,93	-0,19
Indústria	5,17	5,69	0,52
Serviços	3,75	4,8	1,05

Fonte: Focus/BCB

2.1.3 Agropecuária

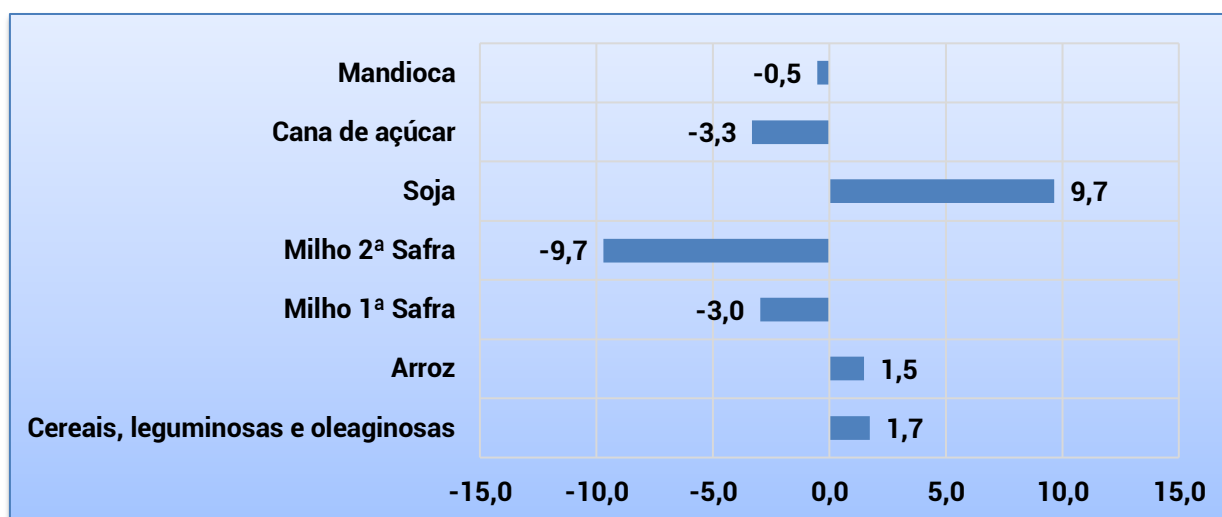
Produção agrícola brasileira crescerá 1,7% em 2021, segundo o IBGE

A produção de cereais, leguminosas e oleaginosas deverá chegar a 258,5 milhões de toneladas em 2021, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA realizado em junho desse ano pelo IBGE. A estimativa ainda indicou alta de 1,7% quando comparada a igual período de 2020.

A área colhida também apresentou alta de 4% frente a junho do ano passado, sendo que, destaca-se esse aumento como consequência do aumento da área plantada e não a produtividade.

Entretanto, quando comparada ao mês anterior, a estimativa apresentou queda de 1 ponto percentual na produção agrícola. Ao olhar o total da área colhida, nesse mesmo comparativo mensal, houve estabilidade (0,1 ponto percentual).

Gráfico 4 - Brasil: Variação percentual da produção estimada em 2021* quando comparado ao ano de 2020



Fonte: LSPA, IBGE; *Estimativa de junho/2021

Em comparação ao ano de 2020, o mês de junho desse ano apresentou crescimento na produção da cultura da soja em 9,7%. A produção da soja foi beneficiada pela elevação de produtividade, de 3.542 kg/ha para 3.590 kg/ha, segundo a consultoria Safras & Mercado. A substituição do uso da terra em áreas de pastagens degradadas e a abertura de novas áreas para a ampliação do cultivo também colaboram para o resultado positivo apresentado no LSPA.

A estimativa de produção para o arroz em casca apontou crescimento de 1,5% em junho desse ano, quando comparado ao ano anterior. Em relação à comercialização do arroz, a LSPA

indicou que existe equilíbrio no mercado interno brasileiro no que diz respeito aos preços desse cereal, onde a produção vem atendendo tanto o aumento do consumo interno como também ao aumento da demanda por exportações. Entretanto, os rizicultores vêm demonstrando maior cautela em face da volatilidade do câmbio, o qual poderá impactar nos preços dos insumos usados na lavoura, segundo a consultoria Safras & Mercado.

No que tange à produção do milho, registraram-se quedas tanto do milho 1ª safra (-3%) quanto do milho 2ª safra (9,7%). Houve também aumento de 6,7% na área total a ser colhida do milho. Também houve atraso na colheita da 1ª safra, o que levou a 2ª safra a ser plantada mais tarde. O fato de o cultivo 2ª safra ter se dado fora da janela de tempo ideal, corroboraram para a queda expressiva em sua produção.

Tabela 3 - Brasil: Estimativa anual da produção (toneladas) dos principais produtos das lavouras em junho de 2021, além das variações mensais (mai.21) e anuais (jun.20)

Lavoura	Estimativas			Anual 21/20 (%)
	2020	Mai.2021	Jun.2021	
Cereais, leguminosas e oleaginosas	254.137.369	262.756.661	258.519.344	1,7
Arroz	11.046.184	11.351.679	11.209.891	1,5
Milho 1ª Safra	26.592.956	25.844.551	25.803.498	-3
Milho 2ª Safra	76.642.108	73.326.467	69.213.042	-9,7
Soja	121.522.363	132.909.904	133.255.236	9,7
Cana de açúcar	677.916.429	656.692.742	655.484.120	-3,3
Mandioca	18.955.430	18.711.840	18.857.382	-0,5

Fonte: LSPA, IBGE

Ainda em relação ao comparativo interanual, a cultura da mandioca registrou queda de 0,5% na produção, segundo o LSPA. O clima seco nas principais regiões produtoras levou a uma redução do ritmo da última colheita, o que reduziu o tempo do ciclo de preparo do solo e o plantio, levando ao atraso da produção.

Na pecuária, o valor bruto de produção – VBP que mostra a evolução do desempenho das lavouras e da pecuária registrou alta de 3,83% em junho desse ano, quando comparado a junho de 2020, segundo dados do Ministério da Agricultura e Produção Agropecuária - MAPA.

Em relação ao desempenho da pecuária (calculado com base na produção da pecuária e nos preços recebidos pelos produtores das principais praças comerciais do país), o crescimento foi puxado principalmente pelo resultado obtido nos bovinos cuja produção subiu 7,4%. E a produção de frango subiu 6,1% nesse mesmo comparativo interanual e também foi preponderante para o bom resultado da pecuária brasileira.

2.1.4 Serviços

Serviços tem terceira alta consecutiva e atinge o maior patamar em cinco anos

Conforme a Pesquisa Mensal de Serviços – PMS (**Tabela 4**), o volume de serviços no mês de junho em comparação a maio teve alta de 1,7%, chegando ao terceiro aumento consecutivo. Com este resultado, o setor alcançou o patamar de 2,4% acima do pré-pandemia. Em relação ao mesmo mês de 2020 o volume de serviços teve aumento de 21,1%. Já no acumulado no ano o crescimento foi de 9,5%, de modo que os serviços chegaram ao primeiro semestre em alta.

Tabela 4 - Brasil: Variação (%) mensal e interanual do volume de serviços por atividades em junho e no acumulado no ano. Base fixa 2014 = 100

ATIVIDADES	Mensal	Interanual	
	JUN	JUN	JAN-JUN
TOTAL	1,7	21,1	9,5
Serviços prestados às famílias	8,1	72,6	2,9
Serviços de informação e comunicação	2,5	13,6	8,4
Serviços profissionais, administrativos e complementares	1,4	16,6	5,5
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	1,7	28,0	14,8
Outros serviços	2,3	15,6	9,5

Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços – IBGE

O resultado da variação mês/mês se torna mais expressivo pela disseminação da alta, que atingiu o índice de difusão de 83,1%, o maior nível da série histórica. Dentre as atividades, a que teve o maior aumento no mês foi "serviços prestados às famílias", com taxa de 8,1%. Ainda assim, o segmento se encontra 22,8% abaixo do nível pré-pandêmico. Por outro lado, "serviços de informação e comunicação", que atingiu o maior índice da série histórica (106,3), atingiu o grau de 9,8% superior ao pré-pandemia.

No comparativo interanual mensal, "serviços prestados às famílias" apresentou a maior alta (21,1%), enquanto que no acumulado no ano o maior aumento foi mostrado em "transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio", com 14,8%. Chama-se a atenção que, embora todas as atividades tenham crescido contra o mês anterior e tenham terminado o semestre em alta a recuperação tem sido desigual, o que pode configurar uma mudança estrutural no setor com a diminuição dos serviços presenciais e a expansão dos virtuais.

2.1.5 Comércio

Varejo nacional fecha o semestre em alta mesmo com recuo em junho

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio – IBGE (**Tabela 5**), o volume de vendas do comércio varejista restrito caiu 1,7% em relação a maio. Apesar disso, o volume de vendas se encontra 2,6% acima do nível pré-pandemia. Em comparação com junho de 2020, as vendas tiveram alta de 6,3%. Destaca-se a variação no acumulado no ano, no qual o varejo avançou 6,7%, concluindo o semestre com um resultado positivo.

Das oito atividades, somente três tiveram aumento mensal, sendo a maior apresentada por “livros, jornais, revistas e papelaria” (5,0%). Das que tiveram diminuição, a maior foi mostrada por “equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação” (-3,5%). “Tecidos, vestuários e calçados” teve o maior crescimento tanto na comparação com o mesmo mês do ano anterior de 61,8% como no acumulado no ano de 32,6%.

Tabela 5 - Brasil: Variação (%) mensal e interanual do volume de vendas do comércio varejista restrito e ampliado por atividades em junho e no acumulado no ano. Base fixa 2014 = 100

ATIVIDADES	Mensal	Interanual	
	JUN	JUN	JAN-JUN
COMÉRCIO VAREJISTA RESTRITO	-1,7	6,3	6,7
Combustíveis e lubrificantes	-1,2	11,4	3,9
Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-0,5	-3,0	-2,7
Tecidos, vestuários e calçados	-3,6	61,8	32,6
Móveis e eletrodomésticos	1,6	-5,3	11,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	0,4	13,1	16,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	5,0	17,1	-22,8
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-3,5	3,3	5,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-2,6	22,6	31,6
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	-2,3	11,5	12,3
Veículos e motos, partes e peças	-0,2	33,1	27,5
Material de construção	1,9	5,3	21,5

Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio - IBGE

O volume de vendas do comércio varejista ampliado também teve queda, de 2,3%, em junho na comparação com o mês antecedente. Ainda assim, o volume de vendas está 1,5% acima do patamar pré-pandêmico. Em relação a junho do ano passado, o varejo ampliado teve alta de 11,5%, já no acumulado no ano o aumento foi de 12,3%, finalizando os seis primeiros meses do ano com um desempenho expressivo, igualmente ao varejo restrito.

Quanto às atividades, “veículos e motos, partes e peças” caiu 0,2% ante maio, enquanto que na variação interanual teve alta de 33,1%. Já “material de construção” teve aumento de 1,9% perante maio e de 5,3% contra o mesmo mês em 2020. Tanto “veículos e motos, partes e peças” como “material de construção” tiveram um crescimento considerável no acumulado no ano de respectivos 27,5% e 21,5%.

Dentre os principais motivos para o recuo do varejo nacional destaca-se a inflação, que em junho chegou a 8,35% no acumulado em 12 meses e que diminui o poder de compra da população. O desempenho ruim de “hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo”, que caiu 0,5% em junho, é um indicativo da carestia que tende a aumentar nos próximos meses. Cita-se também a alta do dólar, que encarece produtos importados como os combustíveis, podendo ter interferido no resultado de “combustíveis e lubrificantes”, que teve queda em junho de 1,3%.

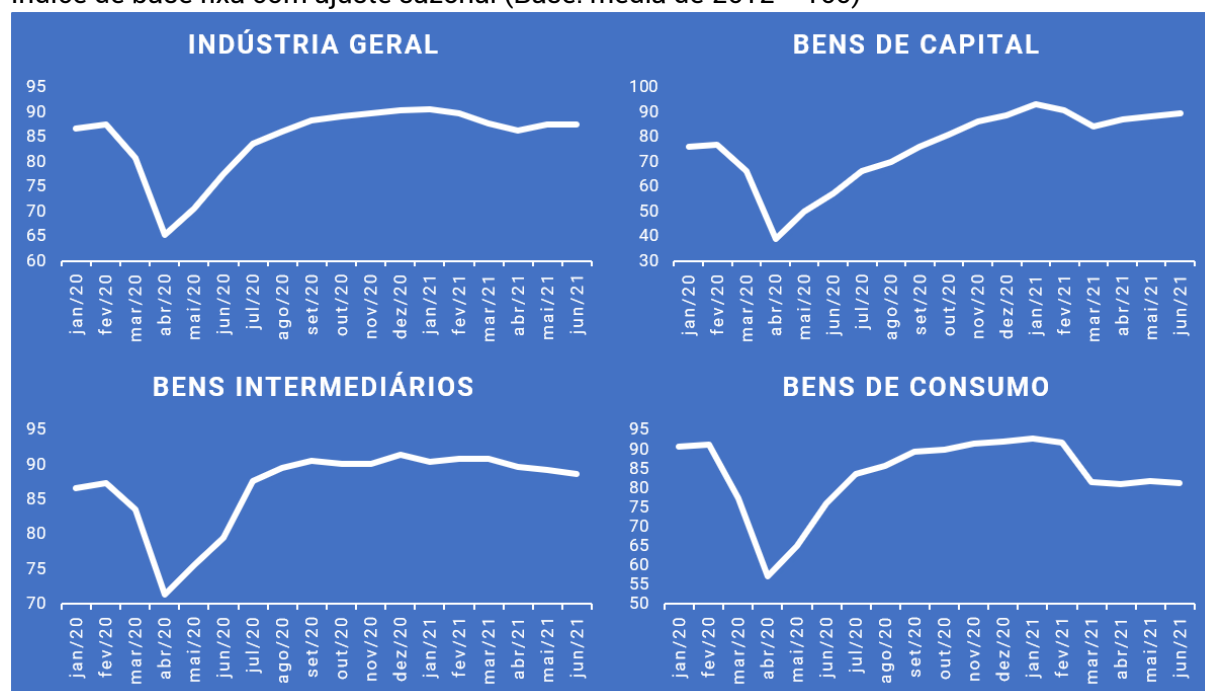
2.1.6 Indústria

Produção industrial recua 2,5% no segundo trimestre de 2021

A produção industrial brasileira apresentou variação nula na comparação com maio, quando havia avançado 1,4%. Diante destes resultados, o setor industrial fechou o segundo trimestre do ano com queda de 2,5% na comparação com o primeiro trimestre. Foi a segunda taxa trimestral negativa seguida nesta base de comparação. Contudo, apesar da contração, a produção industrial segue próxima ao nível pré-crise, em fevereiro de 2020 (**Gráfico 5**).

Já na comparação com o ano passado, período em que a indústria apresentou fortes dificuldades com a pandemia, o segmento registrou crescimento de 12% em relação a junho de 2020, décimo mês consecutivo de crescimento nesta base de comparação. Auferindo magnitude ainda maior, o resultado na comparação com igual semestre do ano passado foi de alta de 12,9%.

Gráfico 5 - Brasil: Produção industrial por categoria de uso - janeiro de 2020 a junho de 2021 - Índice de base fixa com ajuste sazonal (Base: média de 2012 = 100)

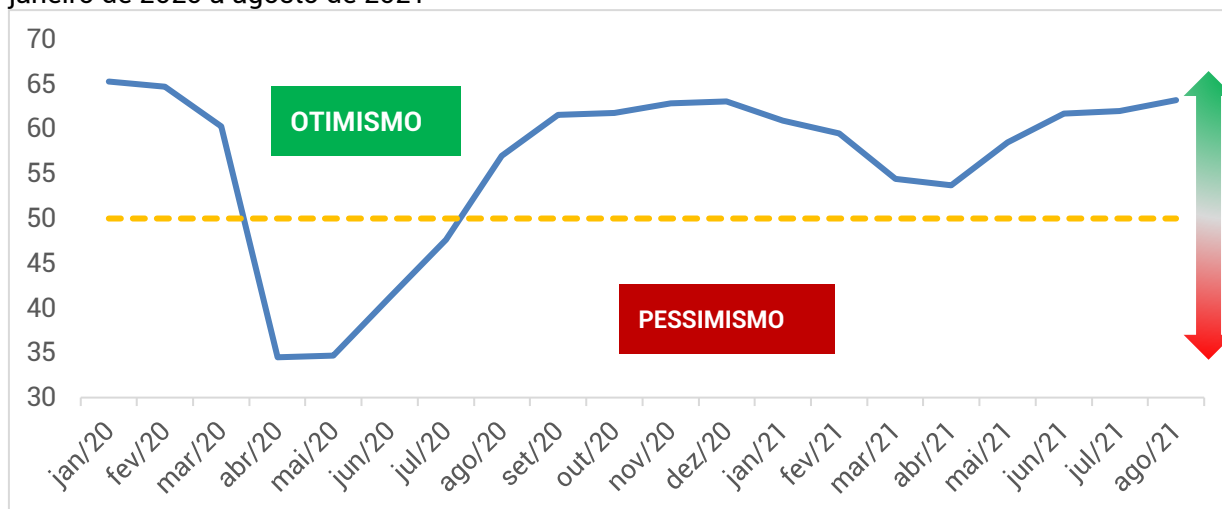


Fonte: PIM-PF/IBGE

Na passagem de maio para junho, houve disseminação de resultados negativos entre a maioria das grandes categorias econômicas. Das quatro grandes categorias de Uso, apenas bens de capital registrou avanço na produção. Foi a terceira taxa positiva nessa comparação, acumulando crescimento de 5,9% nesse período. A trajetória dos bens de capital apresenta forte correlação com a expectativa do empresariado, uma vez que representam ativos que uma empresa possui com o objetivo de produzir bens de consumo, ou seja, investimento.

Conforme **Gráfico 6**, a partir de maio de 2020 o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) apresentou trajetória de alta, ultrapassando a barreira dos 50 pontos, que marca o otimismo dos empresários da indústria. O levantamento de agosto é o 13º mês consecutivo em que os empresários mostram confiança. Contudo, apesar do quadro positivo, o componente da expectativa dos empresários em relação aos próximos meses desacelerou, influenciado pela escassez de insumos e pela possibilidade de racionamento energético, além da alta incerteza econômica em relação ao segundo semestre do ano.

Gráfico 6 - Brasil: Índice de Confiança do Empresário Industrial, resultados mensais do período de janeiro de 2020 a agosto de 2021

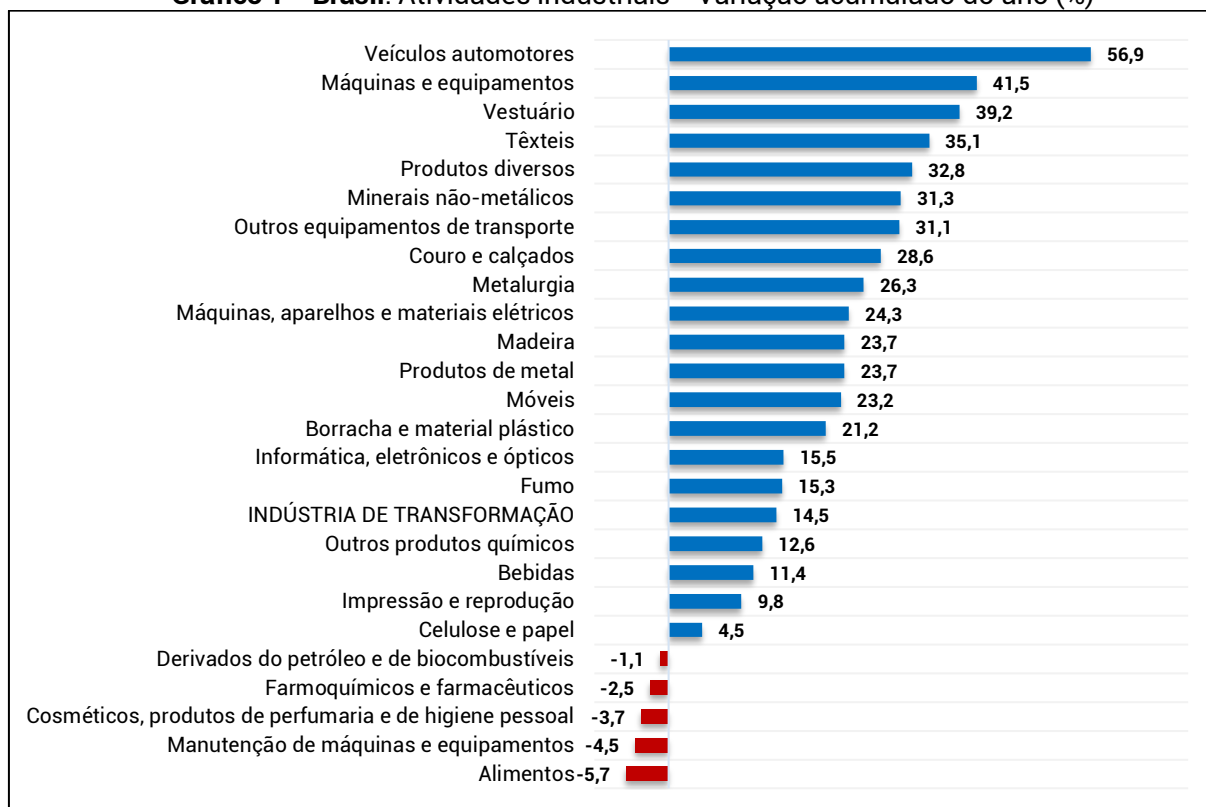


Fonte: CNI

A queda mais acentuada dentre as grandes categorias foi observada em bens de consumo semi e não duráveis. No ano o segmento acumula recuo de 7,5%. A categoria industrial reflete o consumo das famílias, impactadas pela renda disponível menor, inflação elevada, e alta taxa de desocupação.

Entre as 25 atividades da Indústria de Transformação, 20 segmentos registraram alta na produção no semestre. A alta mais relevante foi a de veículos automotores (56,9%). Já entre as cinco atividades que registraram queda na produção, o principal destaque ficou por conta de "Alimentos" e "Produtos derivados do petróleo e biocombustíveis", que auferiram recuo de 5,7% e 1,1%, respectivamente.

Gráfico 7 - Brasil: Atividades industriais - Variação acumulada do ano (%)



Fonte: PIM-PF/IBGE

De modo geral, a produção industrial do primeiro semestre do ano reflete o recrudescimento da pandemia, ainda em quadro de isolamento e restrições. Mesmo com vacinação e flexibilização, ainda há desarticulação produtiva, desabastecimento de insumos e alta taxa de desocupação, além de uma renda disponível comprometida pela inflação mais alta. Isso tudo afeta o desempenho da indústria, que acumula queda de 3,2% no ano.

Segundo mediana das expectativas divulgada pelo relatório Focus⁶, a projeção para a produção industrial de 2021 apresentou percentual de 6,43%. Há uma semana, estava em elevação de 6,47%. A demanda por bens industriais deverá sustentar a produção em patamares próximos ao pré-crise. A recuperação da economia e os altos preços das *commodities* beneficiam os investimentos e as exportações de manufaturados. O avanço da vacinação no país também deverá beneficiar o consumo de bens industriais.

2.2 Balanço de Pagamentos e Comércio Exterior

2.2.1 Balanço de Pagamentos

No acumulado do ano até junho, a conta corrente e a conta financeira apresentaram saldos deficitários inferiores, aos resultados negativos do mesmo período de 2020

No primeiro semestre de 2021, o saldo da conta corrente do Brasil com o resto do mundo, registrou déficit US\$ 7,0 bilhões, o que representa uma redução de US\$ 6,3 bilhões no saldo negativo, comparado ao mesmo período do ano anterior, segundo os dados divulgados pelo Banco Central. Esse resultado derivou, principalmente, do aumento do superávit da "balança comercial de bens", conforme **Tabela 6**.

Tabela 6 - Brasil: Balanço de Pagamentos 2020* e 2021* (US\$ bilhões)

Discriminação	Acumulado do ano		Varição absoluta
	2020	2021	
TRANSAÇÕES CORRENTES	-13,3	-7,0	6,3
Balança Comercial (Bens e Serviços)	2,6	11,9	9,4
Balança Comercial - Bens	13,1	19,8	6,8
Balança Comercial - Serviços	-10,5	-7,9	2,6
Renda Primária	-17,0	-20,7	-3,7
Renda Secundária	1,2	1,8	0,6
CONTA CAPITAL + FINANCEIRA	-10,6	-8,6	2,0
Conta Capital	0,2	0,1	-0,1
Conta Financeira	-10,8	-8,7	2,1
Investimento Direto (IDE-IDP)	-36,6	-12,3	24,4
Investimento Direto no Exterior	-12,9	13,4	26,3
Investimento Direto no País	23,7	25,7	2,0
Investimento em Carteira	31,3	-3,9	-35,2
Outros Investimentos	5,6	8,8	3,2
TRANSAÇÕES CORRENTES (% PIB)	0,9%	0,9%	0,0
RESERVAS INTERNACIONAIS	348,8	352,5	3,7

Fonte: Banco Central do Brasil. *Acumulado do ano até junho.

A conta financeira, por sua vez, registrou saldo deficitário de US\$8,7 bilhões e redução de US\$ 2,1 bilhões, considerando a mesma base de comparação, relacionado com as alterações que ocorreram nas seguintes rubricas:

- Os "Investimentos Diretos no Exterior" (IDE) registraram uma variação de US\$ 26,3 bilhões, totalizando US\$ 13,4 bilhões.

⁶ Divulgado pelo Banco Central em 13 de agosto de 2021.

- Com aumento de US\$ 2,0 bilhões, os "Investimentos Diretos no País" (IDP) somaram US\$ 25,7 bilhões. Aliado a redução do déficit das transações correntes, o IDP foi mais que suficiente para financiar a mesma.
- Os "Investimentos Estrangeiros em Carteira" apresentaram entrada líquida de US\$ 3,9 bilhões, contra saída líquida de US\$31,3 bilhões no primeiro semestre de 2020.

2.2.2 Balança Comercial

De janeiro a julho de 2021, o resultado das exportações brasileiras foi o maior desde 1997, segundo o Ministério da Economia

No acumulado do ano até julho, as exportações brasileiras somaram US\$ 161,6 bilhões, exibindo alta de US\$ 41,5 bilhões, em comparação com o mesmo período de 2020, segundo os dados divulgados pelo Ministério da Economia. O crescimento das exportações adveio, sobretudo, do aumento do valor exportado do "minério de ferro" (+ US\$14,8 bi), da "soja" (+ US\$ 5,3 bi) e dos "óleos brutos de petróleo" (+ US\$ 4,5 bi)⁷. Vale ressaltar, que esses três produtos representam 44,67% do valor exportado no presente ano.

Entre janeiro e julho de 2021, o Brasil importou um valor total de US\$117,3 bilhões, apresentando aumento de US\$ 27,0 bilhões, quando comparado com resultado do mesmo período do ano passado. Essa alta explica-se, principalmente, pelo aumento das importações de "insumos industriais" (+ US\$ 14,8 bi) e de "peças e acessórios para bens de capital e para equipamentos de transporte" (+ US\$ 6,7 bi)⁸.

Dentro da mesma base de comparação, a balança comercial brasileira registrou um saldo de US\$ 44,4 bilhões, apresentando variação positiva de 48,4%. De acordo com o Boletim Focus⁹, a previsão é que a balança comercial encerre o ano com superávit de US\$69,7 bilhões.

2.3 Finanças Públicas

Déficit primário de R\$ 73,5 bilhões em junho reverte tendência positiva vista até maio

Em junho de 2021, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi deficitário em R\$ 73,6 bilhões contra déficit de 194,9 bilhões em junho de 2020. Em termos reais, a receita líquida cresceu R\$ 40,1 bilhões (+57,0%), enquanto a despesa total apresentou redução de R\$ 97,4 bilhões (-34,6%), quando comparadas a junho de 2020.

Tabela 7 - Brasil: Resultado Primário do Governo Central (R\$ milhões - valores de junho/2021 – IPCA) por discriminação em junho de 2021 e no acumulado no ano de janeiro a junho de 2021 e variação (%) interanual mensal e no acumulado no ano

Discriminação	Junho	Acum. no ano (janeiro a junho)	Variação mensal	Variação acum. no ano
	2021	2021	(2021/2020)	(2021/2020)
Receita Total	136.253,1	915.528,1	55,9%	28,5%
Transf. por Repartição de Receita	25.730,6	171.110,9	51,1%	20,3%
Receita Líquida	110.522,5	744.417,1	57,0%	30,6%
Despesa Total	184.075,1	796.955,0	-34,6%	-22,0%
Resultado Primário Gov. Central	-73.552,6	-52.537,9	-65,2%	-88,4%

Fonte: Tesouro Nacional

⁷ O resultado da balança comercial foi influenciado pelos altos preços das commodities e pela elevada taxa câmbio, veja resultado detalhado desses fatores em suas seções específicas.

⁸ Considerando a Classificação por Grandes Categorias Econômicas (CGCE).

⁹ Divulgado pelo Banco Central em 13 de agosto de 2021.

Comparativamente ao acumulado até junho, o resultado primário do Governo Central registrou atenuação do déficit, ao passar de R\$ 417,3 bilhões em 2020 para déficit de R\$ 53,7 bilhões em 2021. Em termos reais, a receita líquida apresentou acréscimo de R\$ 174,4 bilhões (+30,6%) e a despesa total diminuiu R\$ 225,3 bilhões (-22,0%), quando comparadas ao primeiro semestre de 2020.

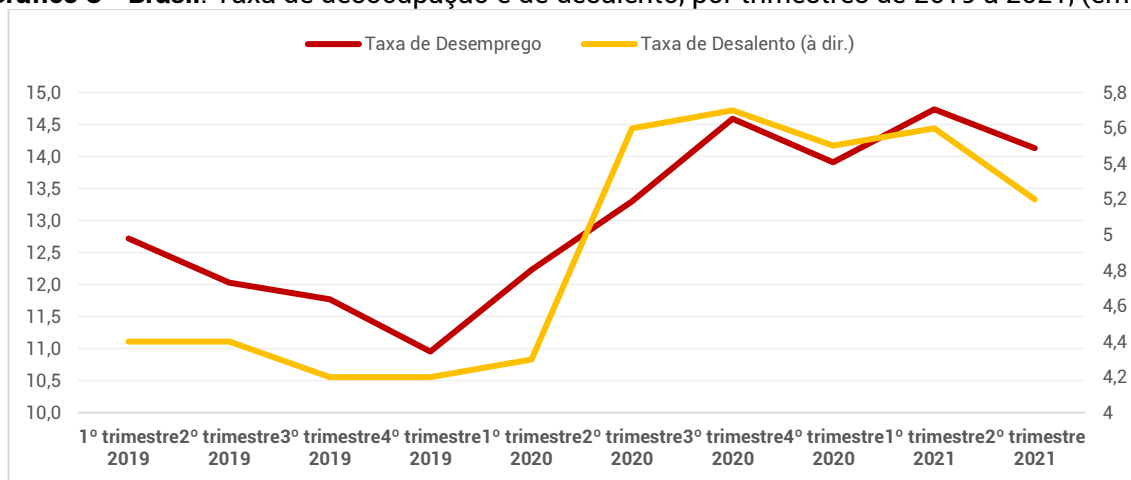
2.4 Mercado de Trabalho

71% das novas ocupações foram de trabalhadores por conta própria

A taxa de desocupação¹⁰ alcançou 14,1% no segundo trimestre deste ano, equivalente a uma redução de 0,6 p.p. em relação ao primeiro trimestre do ano. Todavia, apesar do recuo, o desemprego ainda atinge 14,4 milhões de brasileiros.

Embora o número de desempregados tenha diminuído em cerca de 360 mil entre o primeiro e o segundo trimestre deste ano, na comparação com o trimestre encerrado em junho de 2020, aumentou em 1,6 milhão de pessoas – um crescimento de 12,9% em um ano. A maior desocupação em relação ao período mais grave da pandemia deve-se a flexibilização das medidas de restrição à circulação, que possibilitou a retomada de procura por postos. De fato, conforme observa-se no **Gráfico 8**, na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2020, a taxa de desalento, que reflete as pessoas que desistiram de procurar emprego, passou de 4,3% para 5,6%. Atualmente há 5,6 milhões de pessoas em situação de desalento. O resultado significa saída de 388 mil desalentados em relação ao primeiro trimestre do ano, um recuo de 6,5%. Em um ano, 102 mil pessoas a menos estão desalentadas, queda de 1,8%.

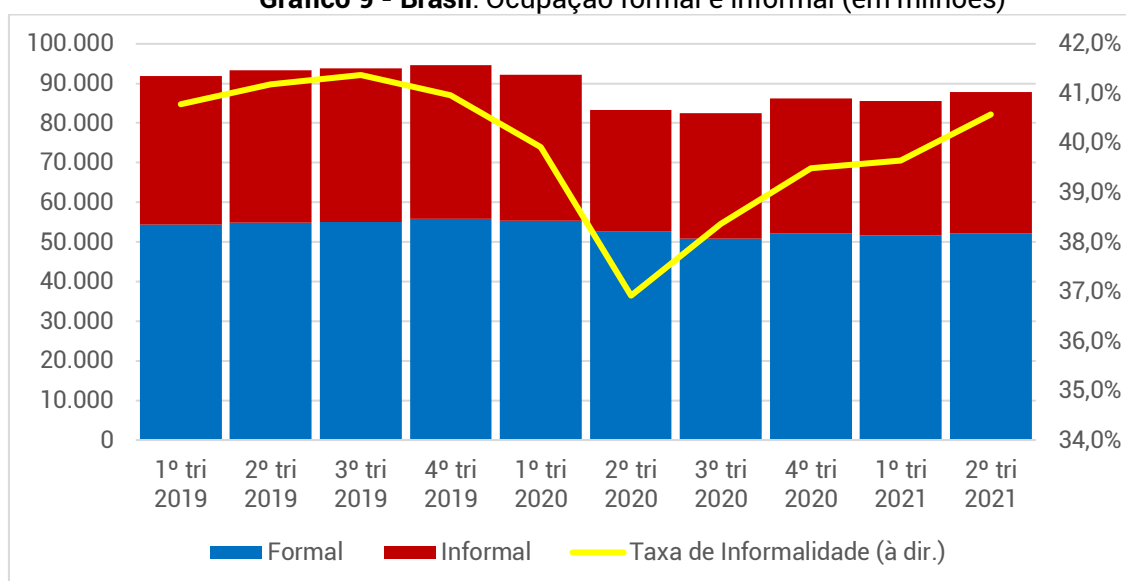
Gráfico 8 - Brasil: Taxa de desocupação e de desalento, por trimestres de 2019 a 2021, (em %)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

O recuo na taxa de desocupação e desalento foi influenciado pelo aumento no número de pessoas ocupadas (87,8 milhões), maior quantitativo desde o início da pandemia, devido a incorporação de 2,1 milhões de pessoas na ocupação na comparação entre os dois primeiros trimestres de 2021. Com o aumento, o nível de ocupação subiu 1,2 p.p., para 49,6%, mas isso ainda indica que menos da metade da população em idade para trabalhar está ocupada no país. No último trimestre de 2019, período pré pandemia, eram 94,5 milhões de ocupados no país – 6,7 milhões a mais que o contingente atual.

¹⁰ A taxa de desocupação mede a proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade que estão desocupadas (não trabalharam, procuraram trabalho e estavam disponíveis para assumir), em relação ao total de pessoas que estão na força de trabalho, seja trabalhando (pessoas ocupadas) ou procurando (desocupadas).

Gráfico 9 - Brasil: Ocupação formal e informal (em milhões)

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

Na comparação com o segundo trimestre do ano passado, período mais grave da pandemia, a ocupação aumentou em 4,4 milhões o número de trabalhadores. Dentre eles, 3,1 milhões ingressaram como trabalhadores por conta própria, dos quais 88% informais. Observa-se no **Gráfico 9** que os mais afetados pela pandemia em um primeiro momento foram os trabalhadores informais. Na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2020, o estoque de trabalhadores informais¹¹ no Brasil recuou 16,4%. Esse movimento expôs a maior vulnerabilidade dessa forma de trabalho.

No período seguinte, isto é, no quarto trimestre de 2020, os mais impactados foram os trabalhadores formais. Movimento também verificado no segundo trimestre de 2021, quando a abertura de novas vagas foi impulsionada pela informalidade, ao ser registrada uma taxa de 40,6%, o que equivale a 35,6 milhões de trabalhadores, o maior contingente desde o início da pandemia.

Brasil registra abertura de 316.580 vagas formais de trabalho em julho

De acordo com o Novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), pelo sétimo mês consecutivo neste ano, o Brasil gerou empregos com carteira assinada. Foram criadas 316.580 mil vagas formais em julho de 2021, resultado da diferença entre 1.656.182 admissões e 1.339.602 desligamentos.

O estoque de empregos, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos até julho de 2021 contabilizou 41.211.272 de vínculos, decorrente da incorporação de 1.848.304 empregos no acumulado do ano.

A abertura de vagas nos sete primeiros meses do ano se deu em todos os setores, distribuídos da seguinte forma: Serviços (+756,3 mil vínculos), Indústria geral (+398,6 mil vínculos), Comércio (+308,1 mil vínculos), Construção (+208,3 mil vínculos), e Agropecuária (+177,6 mil vínculos).

¹¹ Os informais são os trabalhadores sem carteira assinada (empregados do setor privado ou trabalhadores domésticos), sem CNPJ (empregadores ou empregados por conta própria) ou trabalhadores sem remuneração.

Tabela 8 - Brasil: Geração de emprego formal por grupamento de atividades econômicas – saldo mensal* e acumulado do ano**

Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	Julho/21	Acum/21
Brasil – Total	316.580	1.848.304
Agropecuária	25.422	177.604
Indústria Geral	58.845	398.585
Construção	29.818	208.259
Comércio	74.844	308.118
Serviços	127.751	756.263
Não identificado	-100	-525

Fonte: Novo CAGED – MTP

*Sujeito a ajuste nos meses posteriores, devido às declarações submetidas fora do prazo

** janeiro a julho de 2021

Acerca da distribuição regional de empregos, pode-se destacar:

- Todas as regiões apresentaram saldos positivos de trabalho formal no mês de julho e no acumulado do ano.
- A região Nordeste registrou o terceiro maior saldo de empregos no acumulado do ano até julho, os maiores resultados foram apresentados pelos seguintes estados: Bahia (+81,4 mil vínculos), Ceará (+46,1 mil vínculos), Pernambuco (+28,2 mil vínculos) e Maranhão (+24,8 mil vínculos).
- Em relação ao mês de julho, Ceará foi o estado nordestino que apresentou o maior saldo positivo de emprego (+13,4 mil vínculos), seguido por Bahia (+11,4 mil vínculos), Pernambuco (+8,9 mil vínculos) e Maranhão (+4,8 mil vínculos).

3 ABRANGÊNCIA ESTADUAL

3.1 Indicadores Econômicos e Nível de Atividades

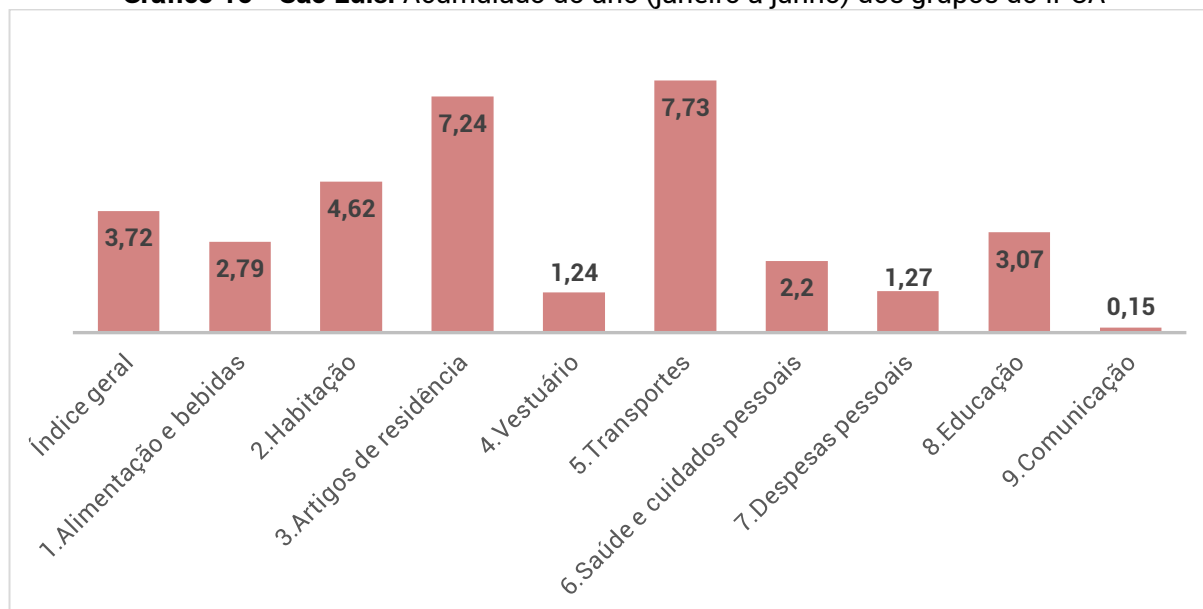
3.1.1 Inflação

Inflação: Habitação e combustíveis pressionam o nível de preços no primeiro semestre

No segundo trimestre de 2021, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, em São Luís, registrou três variações mensais positivas. Os meses de abril, maio e junho apresentaram variação de 0,43%, 1,10% e 0,30%, respectivamente.

No acumulado do ano até junho, o IPCA, foi de 3,72% impulsionado pelo crescimento trimestral do grupo "Transportes", que registrou alta de 7,73%. Já entre os itens de maiores crescimentos nesse período destacam-se "Feijão mulatinho" com 38,14%, "repolho" com 26,4% e "Óleo diesel" com 25,3%. A pressão sofrida no preço dos combustíveis pode ser explicada pela elevação do preço da *commodity* no mercado internacional. A alta reflete a retomada econômica pós-vacinação que pressiona os preços com a elevação da demanda por combustíveis e depreciação do real frente ao dólar.

Gráfico 10 - São Luís: Acumulado do ano (janeiro a junho) dos grupos do IPCA



Fonte: IPCA/IBGE (2021)

Ademais, destaca-se a pressão exercida na inflação pelo grupo Habitação que apresentou acumulado de 4,62% no primeiro semestre de 2021. A participação deste grupo no orçamento das famílias maranhenses representa cerca de 14,6%. A aceleração dos preços nesse grupo pode ser explicada pelo custo da energia elétrica que sofreu alteração no valor da bandeira vermelha patamar 2¹². Com o reajuste, o valor de R\$ 6,24 foi para R\$ 9,49 a cada 100 quilowatt-hora consumidos. Além da energia elétrica, o gás de cozinha sofreu reajuste médio de 3,46% em junho, o gás de cozinha sofre influência da cotação internacional do petróleo.

As perspectivas para o segundo semestre são de pressão no nível de preços. A pressão no grupo energia deve ocorrer até meados de novembro. Para os combustíveis, há expectativa de elevação no preço desde a retomada da economia na maioria dos países. Além disso há possibilidade de redução na oferta de muitos produtos agrícolas, como frutas e hortaliças que são importados de outros estados que estão sofrendo com a crise hídrica, encarecendo ainda mais os preços mediante o custo de transporte. Somado a esses fatores o avanço da vacinação e a retomada das atividades pode pressionar ainda mais os preços que já sofrem com a reduzida oferta.

¹² Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-06/aneel-reajusta-valor-da-bandeira-tarifaria-vermelha-2>.

3.1.2 Produto Interno Bruto

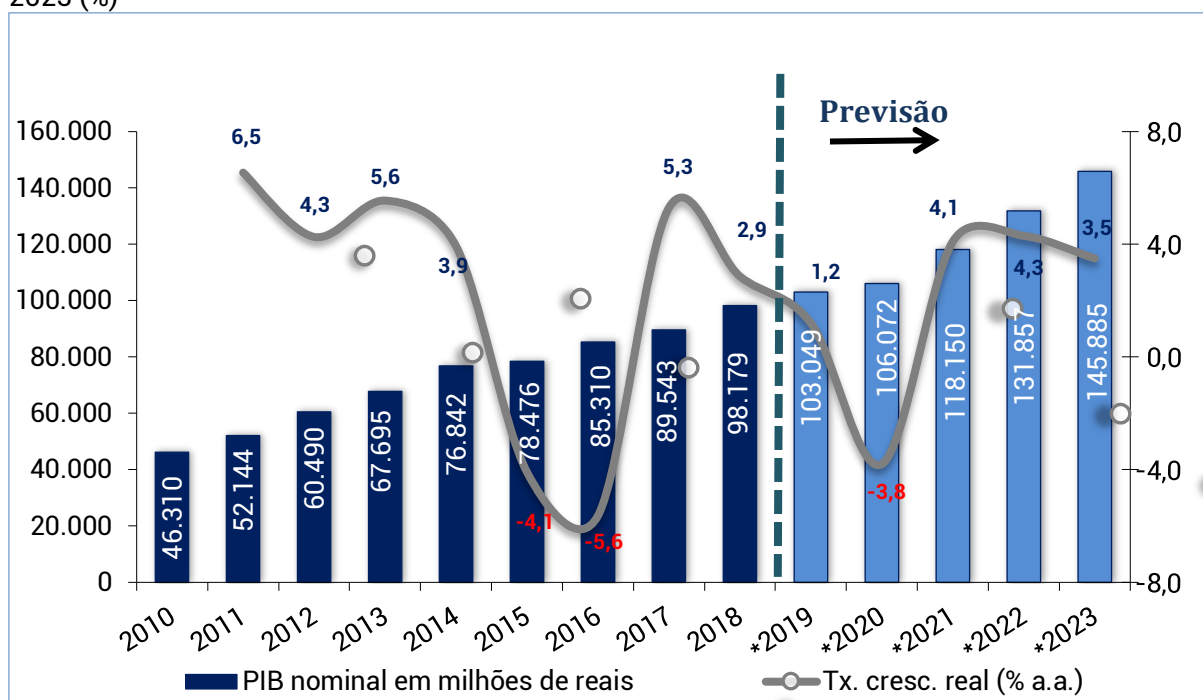
Economia maranhense deverá crescer 4,1% em 2021, com destaque para os setores secundário e terciário

A economia maranhense em 2021 deverá crescer 4,1%, segundo reavaliação feita pelo IMESC neste segundo trimestre. Importante destacar que a pandemia do novo coronavírus ainda não se encerrou, contudo, tem sido controlada e gradualmente as atividades econômicas que mais exercem influência no PIB vão ganhando força ao longo do ano, passando a dinamizar o mercado de trabalho e a geração de renda.

Portanto, a partir da gradativa flexibilização das medidas restritivas e de isolamento social, atreladas ao avanço da vacinação dos maranhenses, a Indústria e os Serviços vêm ganhando mais força e contribuindo mais para a soma dos bens e serviços produzidos no estado.

No início do segundo semestre do presente ano, o decreto nº 36.871 de 20 de julho de 2021, flexibilizou ainda mais as medidas restritivas, garantindo a liberação de cinemas e teatros, eventos com até 200 pessoas em ambientes fechados, com 400 pessoas em ambientes abertos, indústria, comércio, restaurantes, shopping e outros serviços, sem restrição de horário, além de outras medidas. Com isso, espera-se que a atividade econômica no estado ganhe novo fôlego e possa garantir um crescimento sustentado ao longo do ano.

Gráfico 11 - Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB - 2010 a 2023 (%)



Fonte: IBGE; IMESC * dados estimados em 2019, 2020 e 2021 e projeções 2022 e 2023.

A avaliação do PIB maranhense ocorre trimestralmente, conforme a disponibilidade dos dados disponibilizados pelas fontes oficiais de pesquisa e estatística, tais como o IBGE, Ministério da Economia, entre outras. Portanto, até o lançamento do último Boletim de Conjuntura do ano, a estimativa do PIB sofre algumas alterações.

Agropecuária: estimativa do setor é reavaliada para um crescimento de 4,5%, ante 7,0% conforme o divulgado no primeiro trimestre do ano

A atividade mais importante do setor primário maranhense é a produção de grãos, com destaque para a soja, milho, algodão e cana-de-açúcar. O LSPA referente a julho de 2021 apontou para um crescimento de 5,4% na produção graneleira do estado, menor que o registrado no trimestre anterior em 1,9 pontos percentuais. A soja deverá crescer 4,5%, ao passo que os produtores poderão colher até 2,2 milhões de toneladas de milho (7,2% a mais que no ano anterior).

Por outro lado, o resultado do setor primário foi reavaliado em virtude da queda nos abates de animais, relativo à pecuária, sendo que esta foi avaliada para uma queda de 3,1% no ano corrente, conforme divulgado no Índice Trimestral de Atividade Econômica do IMESC¹³. Essa situação se deu em virtude dos aumentos nos custos de produção, em que plantas menores foram desmobilizadas, somado aos custos da engorda do gado, fruto da elevação nos preços dos grãos utilizados na ração.

Desse modo, a estimativa de crescimento do setor agropecuário maranhense em 2021 foi reavaliada para um crescimento de 4,5% em 2021.

Indústria: estimativa de crescimento da indústria maranhense é reavaliado positivamente para 1,9% em 2021, ante 1,5%

A Indústria tem buscado aos poucos recuperar as perdas sofridas durante a pandemia gerada pela COVID-19. A Construção, que é uma das principais atividades do setor, geralmente aquece o mercado de trabalho quando está em alta. Em 2020, considerando os dados de emprego formal, o saldo foi negativo em 1.822 postos de trabalho no acumulado do primeiro semestre, ao passo que em 2021, no mesmo período, apesar do saldo positivo de 1.810 empregos, não foi o suficiente para recuperar o que a atividade perdeu no primeiro semestre do ano passado. Portanto, pode-se dizer que essa atividade permaneceu constante até o momento.

De outro modo, ao analisar os dados de exportação, como *proxy* das Indústrias Extrativa e Transformação maranhense, observou-se que de janeiro a julho de 2021, houve crescimento na quantidade exportada nos complexos ferro (12,7%), celulose (9,0%) e ouro (3,3%). Pela ótica do emprego formal, houve plena recuperação nas atividades de Indústria de Transformação, Extrativa e SIUP. Essas três atividades geraram 611 vagas considerando a diferença entre o acumulado do primeiro semestre de 2021 contra o mesmo período do ano anterior.

Assim, com base nas informações destacadas, o IMESC reavaliou a estimativa de crescimento do setor secundário maranhense para 1,9% em 2020, ante 1,5% no trimestre anterior.

Serviços: expectativa de crescimento do setor terciário para 2021 é reavaliada para 4,6%, cerca de 0,4 a mais que no trimestre anterior

O setor terciário, que detém a maior fatia do total de bens e serviços gerados no estado (mais de 70%), foi o que mais sofreu com a pandemia do novo coronavírus em 2020. Segundo avaliação do IMESC, os serviços deverão crescer 4,6% em 2021, avançou 0,4 pontos percentuais em comparação à estimativa realizada no trimestre anterior.

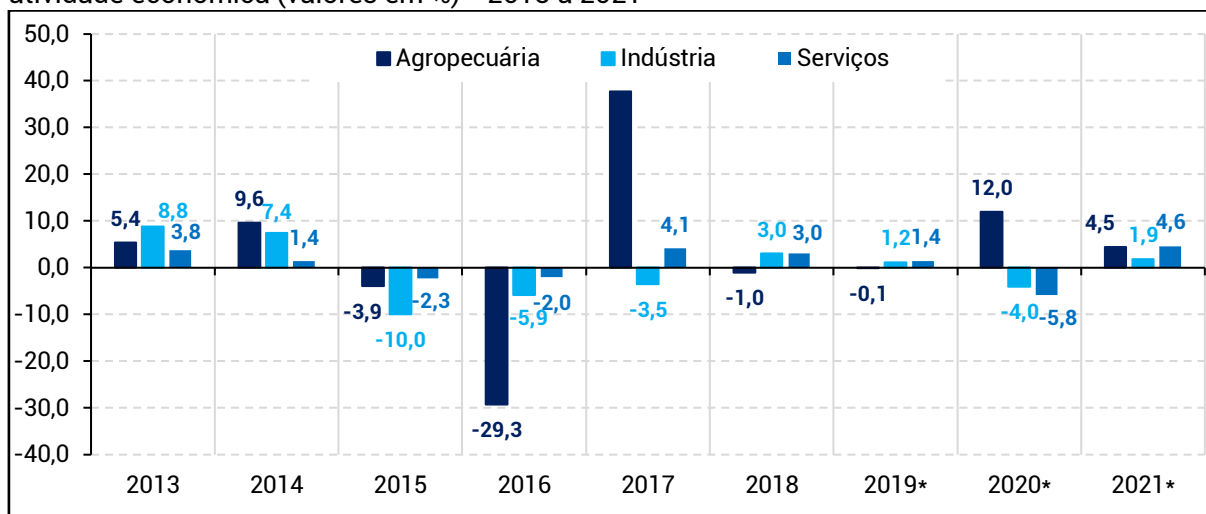
Dentre as atividades econômicas que mais influenciam esse setor, tem-se o comércio, administração pública e os transportes. Em relação à primeira atividade, dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) apontaram para um crescimento de 9,7% no volume de comércio varejista restrito no primeiro semestre de 2021, ao passo que o varejista ampliado registrou um crescimento de 17,5% no mesmo período. Já pela ótica do emprego formal, dados do CAGED indicaram geração

¹³ Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/41438ed348821936b6a24e659414fe9a.pdf>. Acesso em 19 de agosto de 2021.

de 4.748 empregos formais de janeiro a junho de 2021, cerca de 721 vagas a mais de emprego que o registrado no mesmo período do ano passado.

Já no que diz respeito aos transportes, dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) apontaram um crescimento de 25,7% nas vendas de óleo diesel (Diesel S-10), indicador *proxy* da atividade de transportes. Por outro lado, a Administração Pública manteve-se praticamente constante entre o primeiro semestre de 2021 e 2020, com cerca de 4.384 empregos formais gerados no período. Portanto, ao analisar essas atividades, reavaliou-se a estimativa de crescimento para o setor terciário em 4,6% em 2021.

Gráfico 12 - Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) - 2013 a 2021



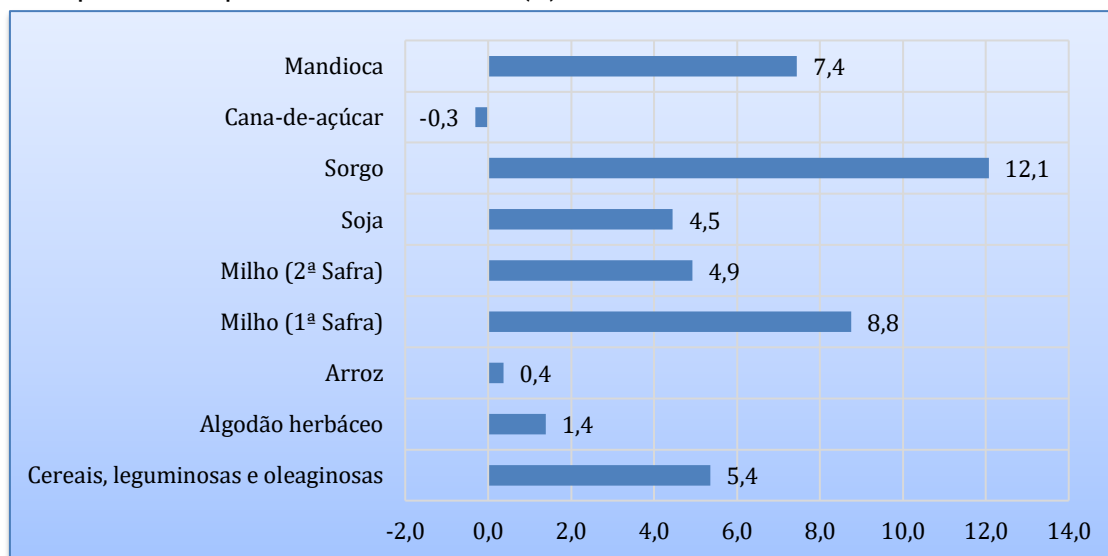
Fonte: IBGE; IMESC * Elaboração própria (dados estimados em 2019, 2020 e 2021)

É importante mencionar que as projeções de PIB desenvolvidas pelo IMESC são trimestralmente atualizadas, à medida que os indicadores econômicos são consolidados e divulgados pelas fontes oficiais. Dessa forma, é possível delinear um cenário mais consolidado e aderente à dinâmica econômica estadual.

3.1.3 Agropecuária

Produção agrícola crescerá 5,4% em 2021, segundo estimativa do IBGE

Em junho de 2021, a produção maranhense estimada de cereais, leguminosas e oleaginosas cresceu 5,4% em relação à de 2020, segundo o levantamento divulgado pelo IBGE. Todas as cinco principais culturas contribuíram para que se alcançasse uma estimativa total de 5.716 milhões de toneladas produzidas, pois todas apresentaram crescimento quando comparadas a 2020. A soja (detentora da maior participação em relação ao total produzido no Estado) apresentou crescimento de 4,4% em sua estimativa de produção, alcançando 3.193 milhões de toneladas, segundo a LSPA de junho desse ano.

Gráfico 13 - Maranhão: Produção agrícola. Variação percentual da produção em junho de 2021 quando comparado ao ano de 2020 (%)

Fonte: LSPA, IBGE.

Ainda em relação ao comparativo interanual, se observa que a cultura do milho apresentou resultado positivo, tanto na 1ª safra (8,7%) quanto na 2ª safra (5%). Esse resultado difere do apresentado na abrangência nacional, em ambas as safras, que apresentaram quedas de 3% e 9,7% respectivamente. Esse crescimento interanual levou a cultura do milho a alcançar 2.244 milhões de toneladas produzidas na estimativa de junho de 2021. Esse resultado foi superior em mais de 151 mil toneladas ao obtido em 2020.

Tabela 9 - Maranhão: Estimativa anual da produção (toneladas) dos principais produtos das lavouras em junho de 2021, e variações mensais (mai.21) e anuais (jun.20)

Lavoura	2020	Estimativa		Anual %
		MAI.2021	JUN.2021	
Cereais, leguminosas e oleaginosas	5.421.321	5.689.275	5.716.437	5,4
Arroz	157.016	156.111	157.593	0,4
Milho 1ª Safra	1.239.919	1.348.793	1.348.151	8,7
Milho 2ª Safra	853.452	896.534	896.534	5,0
Soja	3.058.058	3.167.246	3.193.675	4,4
Cana de açúcar	2.877.606	2.869.556	2.868.570	-0,3
Mandioca	412.422	424.680	443.145	7,4

Fonte: LSPA, IBGE.

Em relação à pecuária maranhense, houve crescimento de 4,5% no VBP em 2021 quando comparado a 2020. O crescimento de 5,1% em bovinos foi o principal responsável pela alta do indicador VBP. Contudo, se destaca também o crescimento de 22,6% em suínos, em face desse resultado ser o oposto do encontrado na abrangência nacional, quando o mesmo segmento havia registrado queda de 5,8% nesse mesmo comparativo interanual. O crescimento observado nos suínos pode provavelmente estar relacionado aos aumentos das vendas interestaduais.

Ao se analisar o total das lavouras e da pecuária, o VBP em 2021 foi 20,4% maior que em 2020, um resultado expressivo do Maranhão, dado o atual cenário de oscilações em preços de commodities.

Tabela 10 - Maranhão: Valor Bruto da Produção Agropecuária (R\$), a preços constantes*, por produto e variação percentual, em 2020 e 2021, em reais

Culturas	2020	2021	V. Anual (%)
Algodão	398.810.616	453.575.346	13,7
Arroz	276.890.779	314.167.021	13,5
Banana	153.811.611	127.115.085	-17,4
Cana-de-açúcar	294.318.353	323.003.249	9,7
Feijão	86.158.571	124.953.808	45,0
Laranja	544.597	422.373	-22,4
Mandioca	352.568.943	438.888.716	24,5
Milho	2.099.528.727	3.050.593.543	45,3
Soja	7.226.802.413	8.713.171.365	20,6
Tomate	11.675.477	8.023.737	-31,3
Total Lavouras	10.901.110.086	13.554.997.293	24,3
Bovinos	2.609.651.830	2.742.643.537	5,1
Suínos	4.686.615	5.746.912	22,6
Frango	16.196.284	17.309.191	6,9
Leite	109.594.289	97.924.346	-10,6
Total Pecuária	2.740.129.018	2.863.623.986	4,5
Total Lav.+ Pec.	13.641.239.105	16.418.621.279	20,4

Fonte: MAPA. *Valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV

Em relação às duas principais lavouras maranhenses que são o milho e a soja, é possível que as condições climáticas possam ocasionar impacto negativo em seu desempenho. Isso porque o mês de junho caracterizou-se pela distribuição de chuvas abaixo da normal climatológica do INMET de 1981-2010 para algumas regiões, como o Sul Maranhense, no qual o município de Alto Parnaíba não teve ocorrência de chuva e Balsas registrou apenas 1mm para todo o mês.

O Leste Maranhense também teve totais pluviométricos inferiores ao apontado na normal climatológica para o referido mês, nos quais oscilaram entre 28 a 30,1 mm, sobretudo em Chapadinha que assinalou 26,3 mm e o esperado era de 72,2 mm. Esses baixos índices se configuram pelo processo de transição do período chuvoso para o de estiagem na região, o que pode afetar a produção de grãos devido à escassez de água.

Por outro lado, o setor extremo Noroeste foi o que obteve os maiores totais de pluviosidade, com acumulados acima de 138 mm que pode ser explicado pela atuação acentuada da ZCIT (Zona de Convergência Intertropical) sobre essa área, segundo o INMET.

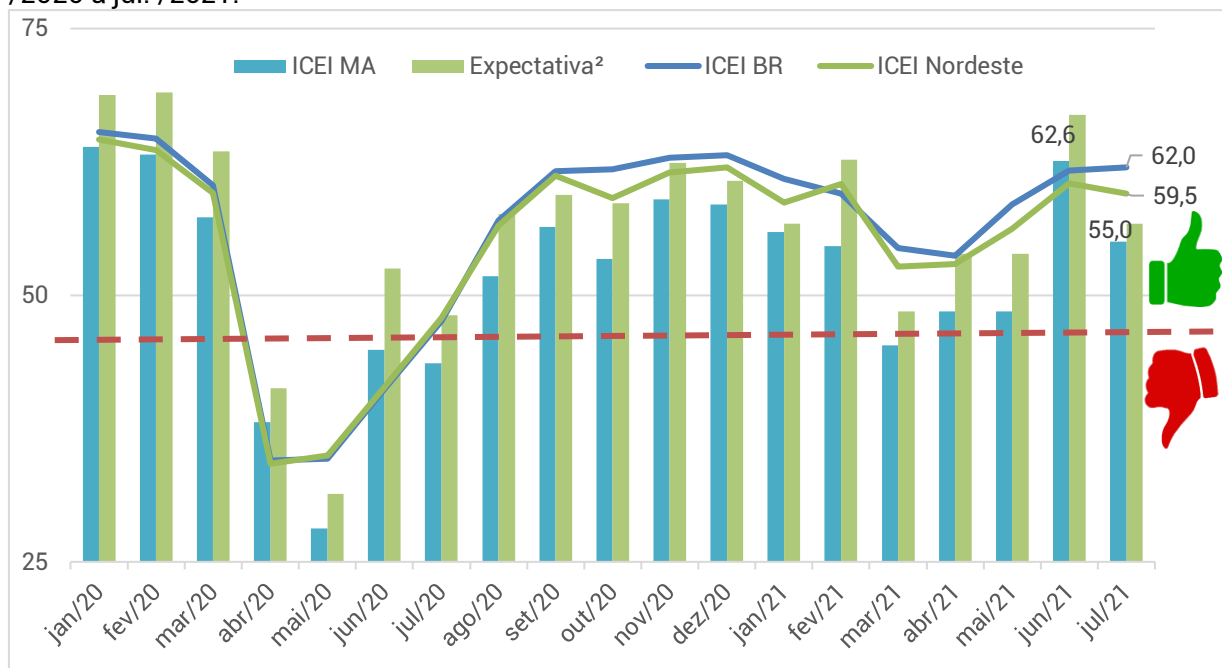
3.1.4 Indústria

Apesar da queda do ICEI-MA, em julho de 2021, o setor continua confiante

O Índice de Confiança do Empresário Industrial do Maranhão (ICEI-MA)¹⁴ marcou 55 pontos em julho de 2021, representando uma diminuição de 7 pontos em relação ao mês anterior, quando marcou 62,6 pontos, a maior pontuação desde o início da pandemia. Este resultado foi menor se comparado ao nível regional e ao nível nacional, cujos valores foram 59,5 e 62 pontos, respectivamente, segundo a FIEMA- Federação das Indústrias do Estado do Maranhão.

¹⁴ O indicador varia de 0 a 100. Valores abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança do empresário. Quanto mais abaixo de 50 pontos, maior e mais disseminada é a falta de confiança. Fonte: CNI e FIEMA

Gráfico 14 - Maranhão: Índice de Confiança do Empresário Industrial do Maranhão (ICEI) – jan. /2020 a jul. /2021.



Fonte: FIEMA

A diminuição da confiança em junho decorreu da avaliação menos favorável dos empresários maranhenses em relação às expectativas, cujo índice decresceu 10 pontos em relação ao mês anterior, marcando 56,7 pontos em julho. O componente da expectativa que obteve a maior queda de confiança foi o relativo à economia brasileira (-15,6 pontos), passando de 70 pontos para 54,5 pontos.

De acordo com os dados divulgados pela FIEMA, o índice de confiança sofreu influência negativa tanto da Construção Civil (-7,7 pontos), quanto da indústria de Transformação e Extrativa (-6,1 pontos). Entretanto, apesar da queda, o setor permanece confiante, visto que o índice se encontra no limiar dos 50 pontos.

Segundo a Sondagem Industrial¹⁵, realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), o volume de produção do setor atingiu 69,4 pontos no mês de junho, refletindo um aumento de 17,7 pontos, quando comparado com o mesmo período do ano passado. Quanto ao porte das empresas, a produção industrial das pequenas indústrias atingiu um volume de 58,3 pontos. Já as médias e grandes empresas atingiram um volume de 75 pontos, uma alta de 25 pontos em relação ao mesmo mês do ano passado, ratificando a recuperação gradual do setor.

Sob a perspectiva do mercado de trabalho formal, o saldo de empregos do setor da indústria foi, no geral, positivo (+2,9 mil vínculos). O saldo do setor da Construção civil foi de 1,7 mil vínculos, enquanto as indústrias extrativas e de transformação foram de 796 vínculos. Em relação ao porte das empresas, somente as micros e pequenas empresas do setor industrial tiveram saldo positivo (+ 4,6 mil vínculos).

¹⁵ Pesquisa realizada pela FIEMA sobre a produção industrial, cujo indicador varia de 0 a 100 pontos.

Tabela 11 - Maranhão: Saldo de emprego formal da Indústria por porte das empresas, no segundo semestre de 2021

IBGE Setor (Indústria)	Microempresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa	TOTAL
Extrativa mineral	56	56	1	0	113
Indústria de transformação	807	134	478	-736	683
SIUP*	138	101	45	104	388
Construção Civil	3.943	-388	-1.405	-390	1.760
TOTAL	4.944	-97	-881	-1.022	2.944

Fonte: CAGED

* Serviços Industriais de Utilidade Pública

3.1.5 Serviços

Setor de serviços no Maranhão avança 10,6% no semestre e fica 9,8% acima do patamar pré-pandemia

Segundo a Pesquisa Mensal de Serviços – IBGE¹⁶, o volume de serviços no Maranhão teve alta de 2,2% em junho frente a maio, 0,5 pontos percentuais acima do desempenho nacional. O resultado fez com que os serviços ficassem 9,8% acima do patamar pré-pandemia no estado.

Relativo a junho do ano passado o setor teve aumento de 19,2%, enquanto que no acumulado no ano o crescimento foi de 10,6% (1,1 p.p. a mais que o país), fechando com alta o primeiro semestre.

O resultado semianual expressivo dos serviços pode ser explicado pelas medidas de biossegurança, as quais trouxeram menores restrições ao funcionamento da atividade econômica na comparação com mesmo período do ano anterior e consequentemente menos prejuízos ao setor.

Tabela 12. Maranhão: Variação (%) mensal e interanual do volume de serviços em junho e no acumulado no ano. Base fixa 2014 = 100

U.F.	Mensal	Interanual	
	JUN	JUN	JAN-JUN
Brasil	1,7	21,1	9,5
Maranhão	2,2	19,2	10,6

Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços - IBGE

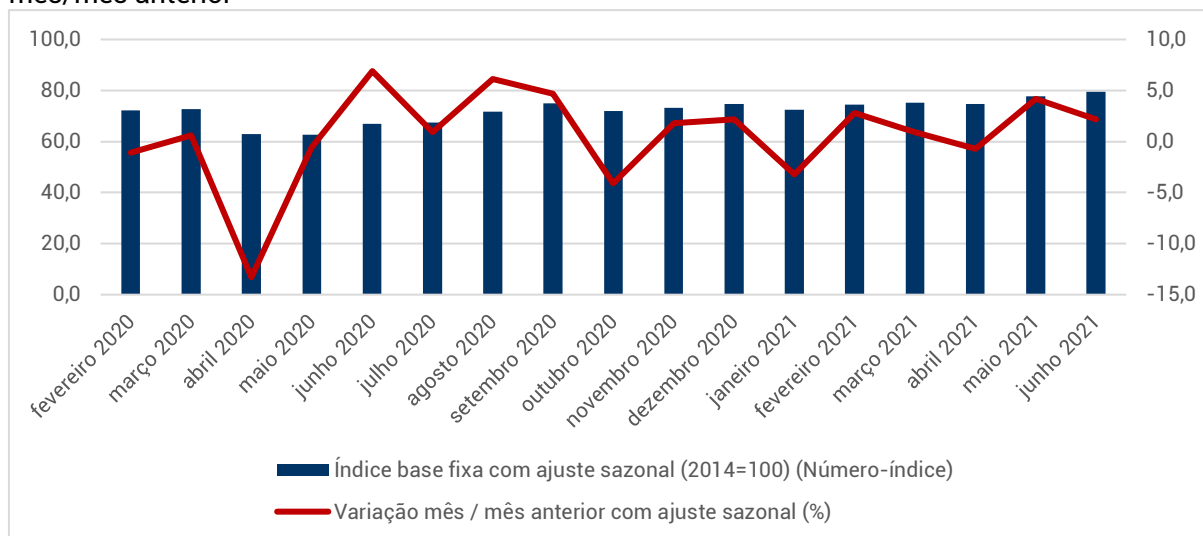
Destaca-se o avanço da campanha de imunização contra a COVID-19 no estado. No dia 30 de junho 2.973.443 pessoas já haviam recebido tanto a primeira dose como as duas do imunizante¹⁷, o permitiu a continuidade da flexibilização das medidas restritivas e ainda em maio¹⁸. Com isso os serviços foram bastante beneficiados, haja visto que a maioria se dá de forma presencial, o que pode ser corroborado pelas duas variações positivas na comparação mês/mês anterior consecutivas (4,2% em maio e 2,2% em junho) (**Gráfico 15**).

¹⁶ A Pesquisa Mensal de Serviços produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do setor de serviços no País, investigando a receita bruta de serviços nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação.

¹⁷ Disponível em: <<https://painel-covid19.saude.ma.gov.br/vacinas>>. Acesso em: 19/08/2021.

¹⁸ Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/05/07/medidas-sao-prorrogadas-e-eventos-sao-flexibilizados-no-maranhao-veja-como-fica.ghml>>. Acesso em: 19/08/2021.

Gráfico 15 - Maranhão: Evolução do índice base fixa com ajuste sazonal e da variação (%) mês/mês anterior



Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços – IBGE

Como a Pesquisa Mensal de Serviços não faz o detalhamento do resultado das atividades no Maranhão, serão utilizados dados do mercado de trabalho do Novo CAGED como *proxy*¹⁹ para identificar o desempenho de cada segmento pela ótica do emprego formal.

Serviços administrativos e complementares lidera no saldo de empregos formais no setor de serviços

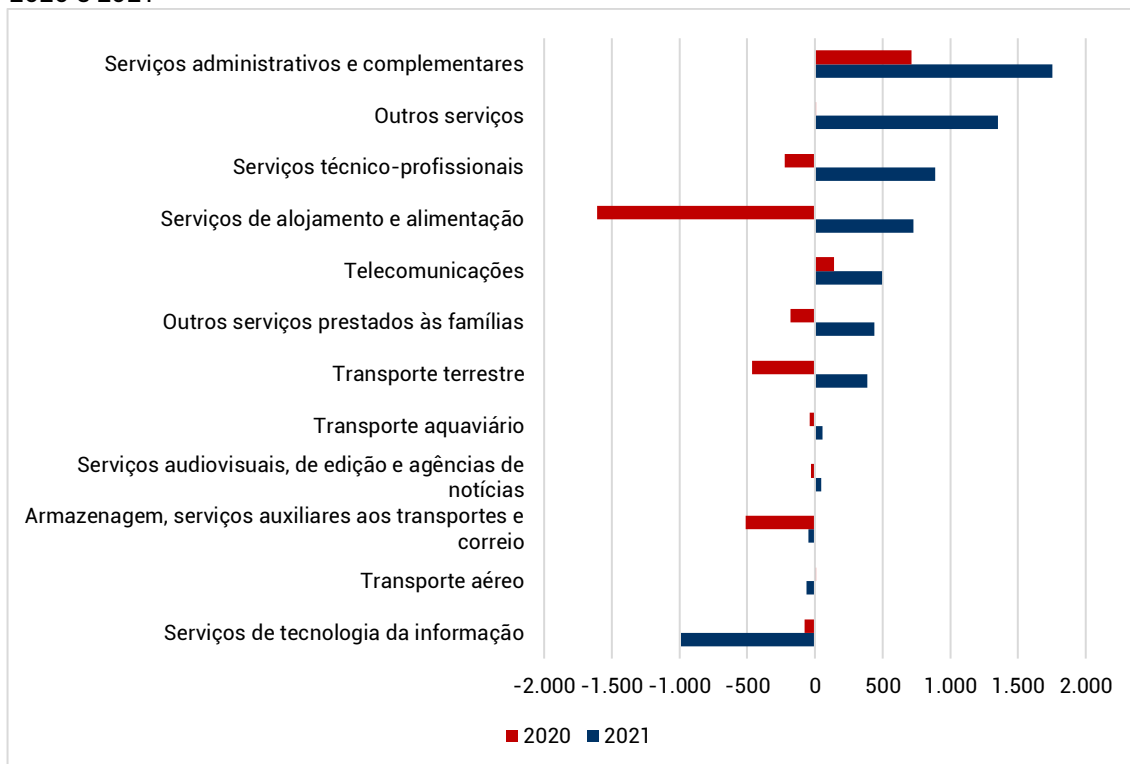
O setor de serviços teve 5.057 empregos formais gerados nos seis primeiros meses do ano. “Serviços administrativos e complementares” foi a atividade que mais contratou com 1.754 admissões, o que corresponde a 34,7% do total. Ademais, a quantidade é mais do que o dobro dos postos de trabalhos gerados no mesmo período do ano anterior. Em seguida têm-se “outros serviços” com saldo de 1.352, ou 26,7% das contratações semianuais. Salienta-se a quantidade de admissões na mesma época de 2020, que foi de apenas 10.

Das atividades mais afetadas em 2020, “serviços de alojamento e alimentação” possui 729 admissões em 2021, sendo que no ano antecedente o saldo ficou negativo em 1.608. O resultado pode sinalizar uma recuperação do setor, principalmente na Região Metropolitana de São Luís, onde o turismo já esboça reações. Dados da Secretaria Municipal de Turismo (SETUR) de São Luís mostraram que em julho a taxa de ocupação hoteleira foi de 60%²⁰, quase o dobro do indicador no mesmo mês do ano passado.

¹⁹ São consideradas todas as admissões e demissões dentro das atividades do varejo ampliado, independentemente se a empresa tem somente 20 ou mais pessoas ocupadas.

²⁰ Disponível em: <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2021/08/13/taxa-de-ocupacao-hoteleira-registra-crescimento-em-julho-em-sao-luis.shtml>. Acesso em: 19/08/2021.

Gráfico 16 - Maranhão: Saldo de empregos formais das atividades da PMS de janeiro a junho, 2020 e 2021



Fonte: Novo CAGED

Das doze subdivisões de atividades, somente três apresentaram saldo negativo, sendo o maior em "serviços de tecnologia da informação" com 989 demissões. Por outro lado, tanto "armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio" e "transporte aéreo", embora com demissões, tiveram uma redução do saldo negativo em relação ao primeiro semestre de 2020, indicativo de recuperação dos segmentos.

3.1.6 Comércio Varejista

Comércio varejista maranhense cresceu 17,5% no primeiro semestre

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio - IBGE²¹, o volume de vendas do comércio varejista restrito²² maranhense teve alta de 0,6% em comparação com o mês. O resultado foi o sétimo melhor do país e o terceiro melhor do Nordeste. Na comparação com junho do ano passado, as vendas variaram negativamente 1,8%, podendo ser explicado pela reabertura do comércio na época, que voltou a funcionar observando as medidas de biossegurança. Destaca-se o desempenho no acumulado no ano, no qual o estado avançou 9,7%. Além disso, o volume de vendas do comércio varejista restrito se encontra 8,0% acima do patamar pré-pandemia.

Dentre os fatores que colaboraram para o bom desempenho do varejo restrito estão o Auxílio Emergencial, que representa um ganho significativo de renda para grande parte da população. Há também a antecipação do 13º dos aposentados e pensionistas, o qual foi pago em duas parcelas e

²¹ A Pesquisa Mensal de Comércio produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no País, investigando a receita bruta de revenda nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, e cuja atividade principal é o comércio varejista.

²² Atividades que compõem o varejo restrito: a) combustíveis e lubrificantes; b) hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo; c) tecidos, vestuário e calçados; d) móveis e eletrodomésticos; e) artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; f) livros, jornais, revistas e papelaria; g) equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; h) outros artigos de uso pessoal e doméstico.

abrangeu cerca de 955.342 maranhenses. Por parte do Governo Estadual têm-se o programa Minha Casa Melhor, concedido para famílias de baixa renda para a aquisição de produtos domésticos, que contribui para o aquecimento do comércio e para a geração de empregos do setor no estado.

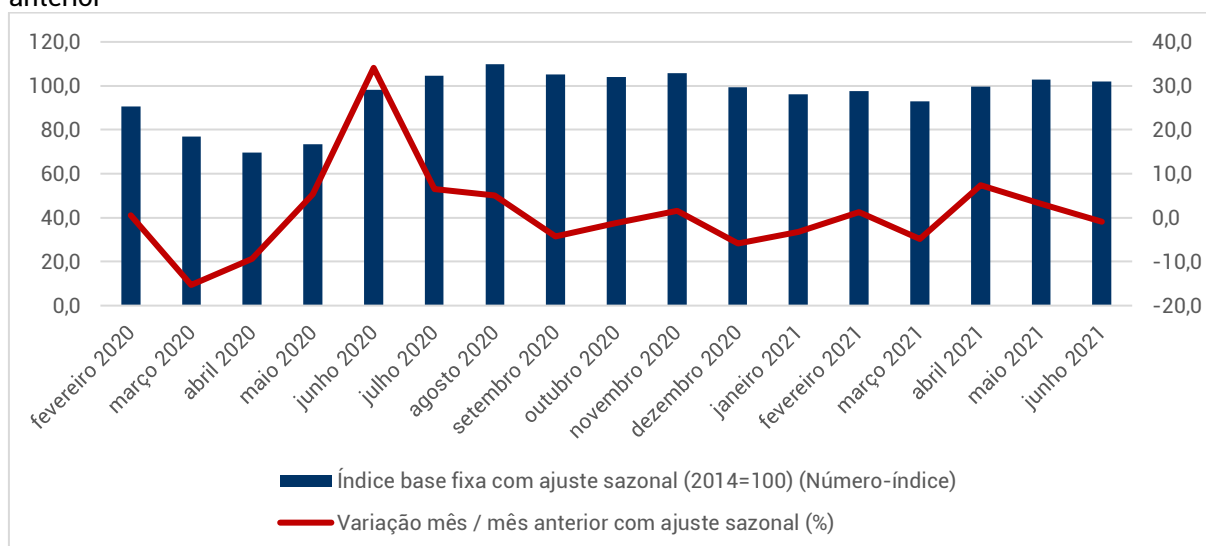
Tabela 13 - Maranhão: Variação (%) mensal e interanual do volume de vendas do comércio varejista restrito e ampliado em junho e no acumulado no ano. Base fixa 2014 = 100

Varejo Restrito			
U.F.	Mensal	Interanual	
	JUN	JUN	JAN-JUN
Brasil	-1,7	6,3	6,7
Maranhão	0,6	-1,8	9,7
Varejo Ampliado			
U.F.	Mensal	Interanual	
	JUN	JUN	JAN-JUN
Brasil	-2,3	11,5	12,3
Maranhão	-0,9	3,1	17,5

Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio – IBGE

No comércio varejista ampliado²³ verificou-se variação mensal negativa de 0,9%. No acumulado no ano o crescimento foi de 17,5%, fazendo com que o comércio maranhense terminasse o primeiro semestre em alta. Além disso, o volume de vendas está 12,6% acima do nível pré-pandêmico, mostrando que o setor conseguiu se recuperar tanto da primeira onda de Covid-19 em 2020 como da segunda que ocorreu no primeiro trimestre deste ano e que provocou a queda de 4,8% do volume de vendas em março na comparação com o mês de fevereiro (**Gráfico 17**).

Gráfico 17 - Maranhão: Evolução do índice base fixa com ajuste sazonal e da variação (%) mês/mês anterior



Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio – IBGE

²³ Atividades que compõem o varejo ampliado: todas as do restrito com o acréscimo de a) veículos, motocicletas, partes e peças e b) material de construção.

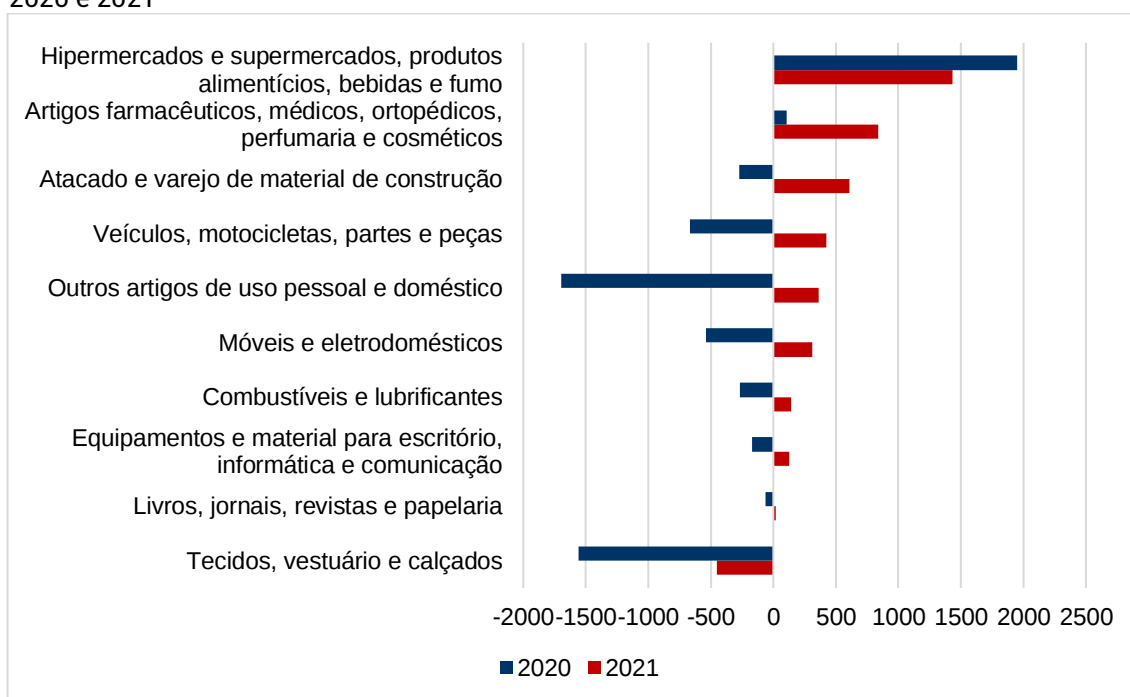
Como a Pesquisa Mensal de Comércio não detalha o desempenho das atividades no estado do Maranhão, serão usados dados do mercado de trabalho do Novo CAGED como *proxy*²⁴ para identificar o desempenho de cada segmento pela ótica do emprego formal.

Emprego formal no comércio mostra recuperação no primeiro semestre de 2021 em comparação com o mesmo período de 2020

No primeiro semestre de 2021, o saldo líquido de empregos formais do varejo maranhense foi de 3.816. A atividade com o maior saldo foi o de “hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo” com 1.434 admissões, 37,6% das contratações no ano. No entanto, o saldo do segmento é 26,5% menor do que o apresentado no primeiro semestre de 2020, haja visto que no ano anterior a atividade foi bastante aquecida em função de ser considerada essencial, podendo funcionar sem maiores restrições durante a primeira onda de COVID-19.

Em segundo lugar, têm-se “artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos” com 838 admissões, participação de 22,0% dos postos de trabalho gerados em 2021. A única atividade com saldo negativo em 2021 é a de “tecidos, vestuário e calçados” com 461 demissões, explicadas tanto pela sazonalidade do término das contratações temporárias para as vendas de fim do ano de 2020, como pelo recrudescimento da pandemia no primeiro trimestre de 2021. Contudo, nota-se uma redução do estoque negativo, podendo indicar uma retomada da atividade para o segundo semestre, período no qual geralmente se tem um aumento nas contratações no segmento.

Gráfico 18 -Maranhão: Saldo de empregos formais das atividades da PMC de janeiro a junho de 2020 e 2021



Fonte: Novo CAGED

²⁴ São consideradas todas as admissões e demissões dentro das atividades do varejo ampliado, independentemente se a empresa tem somente 20 ou mais pessoas ocupadas.

Das atividades que compõem o varejo ampliado, destaca-se “atacado e varejo de material de construção”, que ocupa a terceira colocação do saldo de empregos com 609 contratações, o equivalente a 16,0% dos postos de trabalho gerados no período, recuperando-se do saldo negativo de 273 no primeiro semestre do ano anterior. No Maranhão, a retomada da atividade tem sido capitaneada principalmente pelos investimentos públicos. Calcula-se que o Governo Estadual entregará aproximadamente R\$ 1 bilhão em obras de infraestrutura até o fim do ano²⁵.

3.2 Comércio Exterior

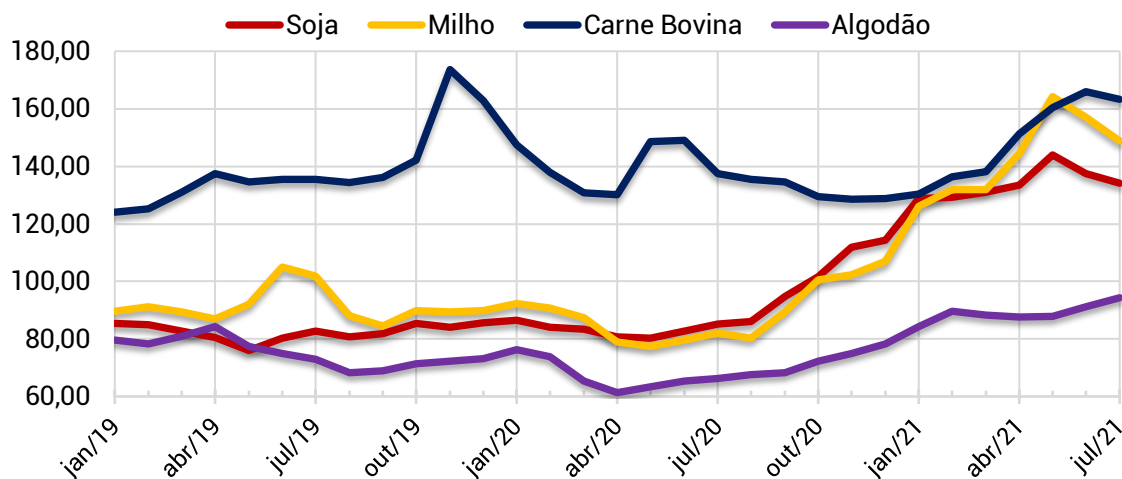
3.2.1 Commodities

Dentre as commodities exportadas pelo Maranhão, a média de preço do minério de ferro foi a que exibiu maior apreciação (98,86%), no acumulado de janeiro a julho de 2021, comparado ao mesmo período do ano anterior

De acordo com as informações divulgadas pelo Banco Mundial sobre cotações das commodities, no acumulado de janeiro a julho de 2021, o “milho” apresentou crescimento de 70,60% na média de preço, em comparação com mesmo período de 2020. A expectativa é que preço milho continue em alta, visto que os Estados Unidos tiveram sua produção, nível estoque e exportação revisados para baixo, lembrando que esse país é o principal exportador desse produto²⁶.

Dentro dessa mesma base de comparação, a “soja” também exibiu alta na média dos preços, com variação de 60,96%, porém, observou-se uma queda nos preços nos meses de junho e julho, a qual está relacionada com a demanda internacional reduzida, segundo o CEPEA²⁷. Já a variação média do preço do “algodão” e da “carne bovina”, foram de +31,99% e +6,57%, respectivamente.

Gráfico 19 - Número-índice para a cotação internacional da soja, milho, carne bovina e algodão, de 2019 até julho de 2021 (Base 2010=100), baseado no preço em dólares (US\$) nominais



Fonte: Banco Mundial

Na comparação interanual do acumulado até julho (2021/2020), o “minério de ferro” apresentou uma variação positiva de 98,86% em sua média de preço – alta ocorrida devido à retomada da economia mundial que gerou o crescimento expressivo da demanda. No mesmo

²⁵ Disponível em: <<https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=314475>>. Acesso em: 12/08/2021.

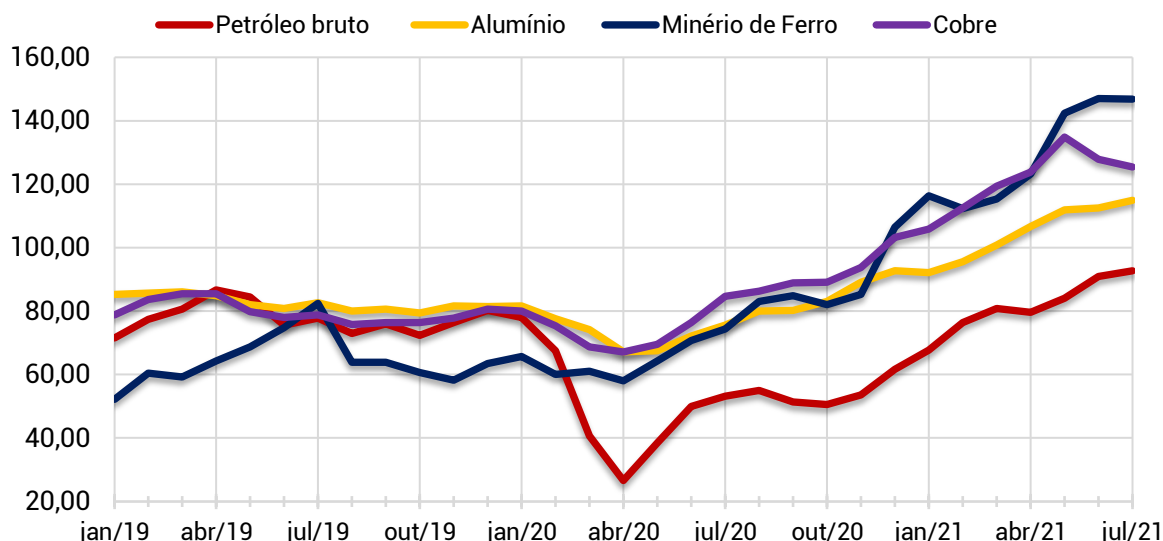
²⁶ Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/usda/294943-usda-produtividades-de-soja-e-milho-sao-reduzidas-para-safra-21-22-dos-eua-chicago-sobe-forte.html#.YRrntBRKiUL>>. Acesso em: 16 de agosto de 2021.

²⁷ Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/revista/pdf/0150537001628097238.pdf>>. Acesso em: 16 de agosto de 2021.

período de comparação, o “cobre” também registou forte alta (62,74%), entretanto, os dois últimos meses apresentaram queda de preço, a qual está relacionada com redução da demanda chinesa²⁸.

Nos primeiros sete meses do ano, a média de preço do “petróleo bruto” cresceu 61,48%, em comparação com mesmo período do ano passado²⁹. Por sua vez, o “alumínio” apresentou variação positiva de 42,05% em sua média de preço, considerando esta mesma base de comparação.

Gráfico 20 - Número-índice para a cotação internacional do petróleo, alumínio, minério de ferro e cobre, de janeiro de 2019 até julho 2021 (Base 2010=100), baseado no preço em dólares (US\$) nominais



Fonte: Banco Mundial

3.2.2 Balança Comercial

Exportações maranhenses cresceram devido à elevação dos preços das commodities

No acumulado do ano até julho, o valor total exportado pelo Maranhão somou US\$2,5 bilhões, o qual apresentou aumento de US\$ 632,6 milhões, comparado com o mesmo período do ano passado. Essa alta derivou, principalmente, do crescimento nos preços do “complexo soja” e do “complexo ferro”, os quais exibiram aumento de US\$ 265,4 milhões e US\$ 226,1 milhões, respectivamente.

Tabela 14 - Maranhão: Principais complexos e produtos exportados pelo estado do Maranhão de 2019 a 2021, valores em US\$ milhões, quantidade em mil toneladas e variações absoluta e relativa

Complexos e produtos	2019*		2020*		2021*		Cresc (%) 2021*/2020*		Var. Absoluta
	US\$ milhões	Kg milhões	US\$ milhões	Kg milhões	US\$ milhões	Kg milhões	Valor	Qtd	US\$ milhões
Total	2.156,9	6.109,9	1.914,9	6.923,6	2.547,4	7.450,6	33,0	7,6	632,6
Complexo Alumínio	794,0	2.069,7	603,2	2.301,8	652,9	2.236,8	8,2	-2,8	49,7
Complexo Soja	550,8	1.578,0	600,1	1.779,5	865,5	2.004,7	44,2	12,7	265,4
Complexo Celulose	522,1	764,6	308,4	835,2	327,8	910,0	6,3	9,0	19,4
Complexo Ferro	226,1	1.637,3	209,0	1.835,4	435,1	2.068,5	108,2	12,7	226,1

²⁸ Disponível em: <<https://www.moneytimes.com.br/queda-na-demanda-chinesa-contem-a-valorizacao-do-cobre/>>. Acesso em: 16 de agosto de 2021.

²⁹ Na seção de inflação, evidencia-se com maiores detalhes alguns efeitos dessa alta sobre a economia nacional.

Milho	6,3	37,9	20,6	123,6	30,5	152,8	48,3	23,6	9,9
Algodão	12,0	6,9	18,4	11,8	55,6	30,9	201,9	160,7	37,2
Complexo Proteína Animal	12,9	3,8	16,5	4,7	19,9	5,0	20,6	5,8	3,4
Complexo Couro	0,9	0,6	0,4	0,4	0,1	0,0	-72,4	-89,7	-0,3
Complexo Ouro	16,8	0,0	115,6	0,0	129,3	0,0	11,9	3,3	13,7
Complexo Cobre	1,9	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	**	**	0,0
Outros Complexos	13,1	10,6	22,7	31,1	30,7	42,0	35,3	35,1	8,0

Fonte: Ministério da Economia; * Acumulado de janeiro até julho; **valores distorcidos ou muito grandes

O crescimento das exportações do “complexo ferro” possivelmente implicou no aumento das transferências constitucionais referentes a Royalties para o maranhão. Segundo o Tesouro Nacional, essa rubrica apresentou alta de R\$17,5 milhões no primeiro semestre de 2021 no comparativo com o mesmo período do ano anterior.

O aumento das importações maranhenses foi suscitado pelo crescimento na quantidade importada do diesel

Entre os meses de janeiro a julho de 2021, as importações maranhenses somaram US\$ 1,8 bilhão, apresentando crescimento de US\$ 705,2 milhões, em comparação com o mesmo período de 2020. A principal causa desse aumento foi o crescimento no valor importado do “diesel” (+ US\$ 783,9 milhões). Cabe destacar, que a “gasolina” apresentou queda de US\$ 130,6 milhões.

Tabela 15 - Maranhão: Principais produtos das importações maranhenses de 2019 a 2021, valores em US\$ milhões, quantidade em mil toneladas e variações absoluta e relativa

Produtos	2019*		2020*		2021*		Var. 2021*/2020*		Var. Absoluta
	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor (%)	Qtd (%)	US\$ milhões
Total Importado	1.915,4	4.645,6	1.136,7	4.183,4	1.841,9	5.319,0	62,0	27,1	705,2
Combustíveis e Lubrificantes	1.300,2	2.470,4	701,6	2.230,4	1.368,8	3.263,3	95,1	46,3	667,1
Diesel	919,4	1.491,9	477,9	1.057,4	1.261,8	2.429,6	164,0	129,8	783,9
Gasolinas	353,7	606,8	192,0	524,0	61,4	124,1	-68,0	-76,3	-130,6
Coques, Hulhas e Derivados	27,1	371,6	31,7	649,0	38,6	696,4	21,6	7,3	6,8
Outros der. do petróleo	0,1	0,1	0,0	0,0	7,1	13,2	**	**	7,0
Álcool/Etanol	197,5	389,7	45,4	86,1	14,1	22,5	-69,0	-73,9	-31,3
Fertilizantes	221,8	791,0	241,0	1.086,3	277,4	1.180,1	15,1	8,6	36,4
Outros Produtos	195,9	994,5	148,7	780,6	181,7	853,1	22,2	9,3	33,0

Fonte: Ministério da Economia; *Acumulado de janeiro até julho; **valores distorcidos ou muito grandes

3.3 Investimentos

3.3.1 Investimentos em andamento

Governo do Maranhão é protagonista no investimento público no primeiro semestre de 2021, com participação de 95%, conforme estudo do IMESC

Os investimentos públicos em andamento no Maranhão totalizaram o valor de R\$ 1 bilhão no primeiro semestre de 2021, considerando a soma dos Investimentos públicos Federal³⁰ (R\$ 51,96 mi) e Estadual (R\$ 981,9 mi). Tal montante corresponde a 1,05% do PIB do estado³¹. Através do

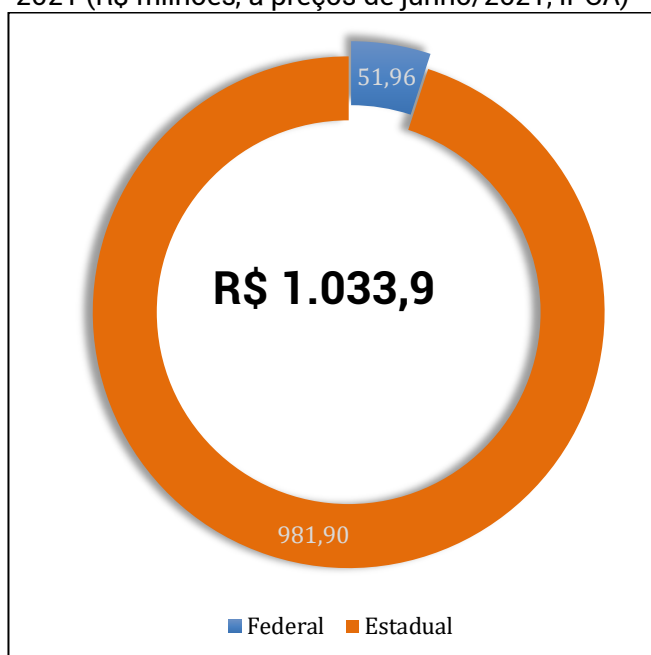
³⁰ Corresponde ao total de despesas com investimentos do Orçamento Geral da União, que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Os dados são obtidos a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

³¹ PIB de referência= PIB (2018), visto que é o último resultado consolidado, segundo o IBGE.

Gráfico 21, verifica-se que os investimentos da esfera federal (Orçamento Geral da União) correspondem a apenas 5% dos Investimentos públicos – exclusive municipais – no estado do Maranhão ao longo de 2021.

Os investimentos são essenciais para a retomada do crescimento econômico. Segundo a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB, para reduzir gargalos à competitividade e aumentar a produtividade, o país precisa investir 4,31% do PIB por ano em infraestrutura³², ao longo de no mínimo dez anos seguidos. No ano 2020, foi estimado que o investimento no setor chegou a R\$143,5 bilhões, representando 1,87% do PIB.³³

Gráfico 21 - Maranhão: Investimentos públicos em andamento, no acumulado de janeiro a junho de 2021 (R\$ milhões, a preços de junho/2021, IPCA)



Fonte: Adaptado de Tesouro Nacional; SEPLAN-MA

Conforme a **Tabela 16**, verificou-se que o Governo Federal investiu um montante de R\$ 52,0 milhões no Maranhão no primeiro semestre de 2021, com recursos concentrados principalmente nas áreas de Infraestrutura (R\$ 30,0 milhões) e em Educação, Cultura e Esporte (R\$13,5 milhões).

Na área de Infraestrutura, a principal parte do recurso investido foi no ramo de Transportes em “Adequação de trecho rodoviário” nas divisas Piauí/Maranhão e Maranhão/Tocantins, cujo montante foi de R\$ 10,1 milhões, segundo o Tesouro Nacional. Já na Educação foram destaques os recursos alocados na rubrica “Aquisição de veículos para transportes” (R\$ 4,7 milhões).

³² A nova teoria do crescimento econômico destaca que as infraestruturas são responsáveis por externalidades positivas. Elas estimulam as decisões de investimento privado, resultando numa aceleração do crescimento de longo prazo. (JÚNIO, 2006; Ramirez (1994)

³³ Disponível em: <https://www.abdib.org.br/2020/02/11/investimento-infraestrutura/>

Tabela 16 - Brasil: Investimento Público Federal no Maranhão no acumulado do ano 2021, segundo a função do Gasto (Valores pagos, corrigidos pelo IPCA de junho/2021)

Destino	1º SEMESTRE		Variação Abs.
	2020	2021	
Desenvolvimento Econômico e Social	13.715.937,4	1.241.651,3	-12.474.286,0
Educação, Cultura, Esporte	18.548.718,9	13.498.708,1	-5.050.010,8
Infraestrutura	58.370.349,0	30.107.197,3	-28.263.151,7
Saúde	13.937.461,4	6.520.595,1	-7.416.866,2
Justiça e Segurança Pública	4.321.103,0	598.634,5	-3.722.468,5
Total	108.893.569,6	51.966.786,3	-56.926.783,3

Fonte: Adaptado de Tesouro Nacional; IBGE

Em relação aos investimentos em andamento da esfera estadual no acumulado do ano até junho, foi registrado o montante de R\$ 981,8 milhões, a preços constantes de junho de 2021³⁴, o qual corresponde a um crescimento real de R\$523,5 milhões, em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme a Secretaria de Planejamento e Gestão do Maranhão - SEPLAN.

Tabela 17 - Maranhão: Investimentos Públicos Estaduais (Empenhados) em andamento no acumulado de 2021*, em milhões, preços constantes pelo IPCA de junho/2021, por áreas de destinação

Destino	1º SEMESTRE		Variação Abs.
	2020	2021	
Desenvolvimento Econômico e Social	35.879.540,8	82.462.736,0	46.583.195,2
Educação, Cultura, Esporte	60.499.432,4	92.231.611,4	31.732.179,0
Infraestrutura	250.212.646,6	652.819.368,0	402.606.721,4
Saúde	86.172.468,8	119.654.169,8	33.481.701,0
Justiça e Segurança Pública	25.619.500,4	34.695.974,8	9.076.474,4
TOTAL	458.383.589,0	981.863.860,0	523.480.271,0

Fonte: SEPLAN

Na abertura do investimento por áreas de destinação (**Tabela 17**), considerando as despesas de capital na rubrica de investimentos empenhados, evidencia-se que o grupo de investimentos em Infraestrutura foi a rubrica de maior valor e contabilizou R\$ 652,8 milhões no período de referência. Esse montante corresponde a uma alta de R\$402,6 milhões em relação ao primeiro semestre de 2020.

Os investimentos do governo do estado na infraestrutura, na área da saúde e na educação somam, aproximadamente, R\$ 1 bilhão e devem ser entregues até o fim deste ano. Somente na cidade de Açailândia estão sendo realizados investimentos que devem ultrapassar R\$ 30 milhões, no segundo semestre, com obras de pavimentação asfáltica, do Parque Ambiental, transformação do Hospital municipal em um Macrorregional e reformas de praças, segundo a Secretaria de Infraestrutura do Maranhão.

Há também outros investimentos estaduais em infraestrutura que somam R\$ 152 milhões em diversos trechos das rodovias, entre eles: a MA-119, com 39 km de Santa Luzia a Altamira; a restauração da MA-026, do trecho Codó a Dom Pedro; a reconstrução de mais de 200 km da MA-006, Anel da Soja, dos trechos de Balsas a Tasso Fragoso, de Grajaú a Arame e de Arame a Buriticupu; a pavimentação da MA-007 e da MA-245 entre Lago da Pedra e Lagoa Grande; pavimentação da MA-312, entre Araisos ao Povoado Montevide e da MA-318, entre Bom Jardim e São João do Caru.

³⁴ Valores inflacionados pelo IPCA, a preços de abr./2021.

Ademais, encontra-se em andamento as seguintes obras: pavimentação na MA-320, entre os municípios de Santo Amaro e Primeira Cruz; na MA-282, conectando as cidades de Lagoa do Mato; e MA-034 para a população de Passagem Franca a São João dos Patos. Além disso, obras em andamento da ponte sobre o Rio Balsas, no município de São Felix de Balsas, um investimento de R\$ 20 milhões que facilitará o acesso a vários municípios da região sul do Estado.

Na área da saúde, encontra-se em andamento a construção do Hospital da Ilha que beneficiará os pacientes da Região metropolitana de São Luís, com 212 leitos na primeira fase, mas com potencial para até 400 leitos. Há também a construção do Hospital de urgência e emergência de Imperatriz, ao lado da Macrorregional, cujo área tem 17 mil metros quadrados, com 131 leitos, sendo 120 de enfermagem e 11 de UTI. Já na área da educação, restam ainda mais 9 obras do IEMA em execução, que totalizam juntas mais de R\$ 57, 7 milhões. Foram finalizadas, recentemente, duas novas unidades do IEMA, em Santa Luzia do Paruá e Amarante do Maranhão, cujo investimento somaram, em ambas as cidades, mais de R\$10 milhões, com estruturas completas, incluindo salas modernas e laboratórios especializados.

Em relação aos investimentos públicos e privados em andamento, está sendo realizado no Porto do Itaqui um importante projeto proposto pelo grupo Terminais Marítimos de Pernambuco (TEMAPE) em acordo com a SEINC. Com o investimento total de R\$ 200 milhões, o novo terminal de armazenamento de líquidos, localizado na área do Distrito Industrial de São Luís, é composto por 11 tanques, dois dutos portuários, uma plataforma rodoviária e uma ferroviária. O projeto irá transformar o Maranhão no maior hub de combustíveis do Brasil, com impactos positivos sobre os serviços de transporte.

3.3.2 Investimentos Previstos

Quanto aos investimentos públicos anunciados, o Governo do Maranhão lançou edital para o Programa Maranhão Solidário para investimentos de R\$ 1 milhão em Projetos de Organização da Sociedade Civil, em diversas áreas, como segurança alimentar, educação, cultura, esportes, criança e/ou adolescente, idosos, dependentes químicos, entre outras iniciativas. O programa contemplará organizações sociais que se dediquem a trabalhos sociais e atuem em qualquer um dos 217 municípios do estado, financiando projetos nos valores de R\$ 20 mil, R\$ 10 mil e R\$ 5 mil.

Em relação aos investimentos previstos privados, a VLI Logística e a Companhia Operadora Portuária do Itaqui (COPI), em parceria, anunciaram que o Porto do Itaqui, em São Luís, contará com mais um ramal ferroviário, destinado ao transporte de fertilizantes. O novo terminal intermodal com investimento de, aproximadamente, R\$ 200 milhões será construído no município de Palmeirante, no Tocantins, mas terá um papel importante no segmento produtivo de fertilizantes no Maranhão, visto que, também atenderá aos produtores maranhenses.

Destaca-se ainda a Eneva, mesmo com investimentos ainda em andamento, como a perfuração de poços na Bacia do Parnaíba e a continuidade da construção da Usina Parnaíba V, já anunciou que será iniciada em 2022, a obra da usina Parnaíba VI, superando R\$ 4 bilhões o total de investimentos realizados no Maranhão pela empresa.

3.4 Finanças Públicas

Receita do estado apresenta alta de 12,7% no primeiro semestre, influenciada pela recuperação econômica

A Receita Total do estado do Maranhão totalizou R\$ 12,3 bilhões no acumulado de janeiro a junho de 2021, de acordo com os dados da SEPLAN/MA. Comparado ao mesmo período do ano

passado, a Receita Total cresceu 12,3%. As Receitas Correntes registraram alta de 12,5% no contexto de recuperação da crise do novo coronavírus, decorrentes da alta: nas receitas provenientes de impostos, taxas e contribuições de melhoria, que apresentaram alta 18,9% no período, o equivalente a R\$ 895,3 milhões, em decorrência da recuperação econômica; e das Transferências Correntes, cujo incremento no primeiro semestre foi de R\$ 431,2 milhões, decorrente do aumento da arrecadação federal relativamente ao primeiro semestre de 2020.

Tabela 18 - Maranhão: Receitas Correntes e de Capital, em R\$ milhões constantes (IPCA de junho/2021), no acumulado de janeiro a junho de 2020 e 2021 *

Descrição	Acumulado		Cresc. (%)	Variação Abs.
	2020	2021		
Receitas (Exceto Intraorçamentárias) (I)	10.934,70	12.282,60	12,3	1.347,9
Receitas Correntes	10.828,90	12.178,00	12,5	1.349,1
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.749,60	5.644,90	18,9	895,3
Contribuições	314,5	309,1	-1,7	-5,4
Receita de Serviços	0,2	0,7	180,6	0,5
Receita Patrimonial	42,7	47,5	11,3	4,8
Outras Receitas Correntes	70,1	92,8	32,3	22,7
Transferências Correntes	5.651,80	6.083,00	7,6	431,2
Receitas de Capital	105,8	104,7	-1,1	-1,1
Alienação de Bens	1,6	2,2	35,5	0,6
Operações de Crédito	49,9	42,6	-14,7	-7,3
Amortização de Empréstimos	0	0	-	0,0
Outras Receitas de Capital	53,8	0	-100	-53,8
Transferências de Capital	0,5	59,9	12.976,1	59,4
Receitas (Intra-Orçamentárias) (II)	323	400,7	24,0	77,7
Total (I + II)	11.257,70	12.683,30	12,7	1.425,6

Fonte: SEPLAN *Dados passíveis de alteração

Destaca-se que o ICMS é o principal tributo do estado, cuja arrecadação no primeiro semestre de 2021 foi de R\$4,5 bilhões, uma alta de R\$ 657,7 milhões em relação ao mesmo período do ano passado, segundo a SEFAZ/MA.

A análise do ICMS por setor de atividade econômica indica que a recuperação da crise ocorre de modo heterogêneo entre os grupos de atividades econômicas. No setor terciário, o Comércio de combustíveis dentro do estado, registrou queda de R\$ 50,5 milhões em relação ao primeiro semestre de 2020. Por outro lado, o comércio atacadista acumulou alta de R\$173,2 milhões no mesmo período de comparação.

Tabela 19 - Maranhão: Arrecadação de ICMS por setor de atividade econômica, em junho de 2019 e 2020, e no acumulado de janeiro a junho de 2020 e 2021, em R\$ milhões constantes (IPCA de junho/2021), crescimento (%) e Variação Absoluta

Setor	Grupos Atividade	Acumulado 1º Semestre			
		2020	2021	Cresc. (%)	Var. Abs.
PRIMÁRIO	Agricultura	6,7	9,5	41,6	2,8
	Pecuária	18,9	79,5	320,2	60,6
	Pesca e Aquicultura	0,2	0,4	55,5	0,1
	Produção Florestal	0,6	0,8	29,1	0,2
	Subtotal	26,4	90,1	240,8	63,7
SECUNDÁRIO	Combustível ¹	974,4	1.172,7	20,3	198,2
	Energia Elétrica	20,3	20,2	-0,5	0,1
	Ind. de Transf.	572,0	680,6	19,0	108,6
	Ind. Extrativista	14,1	9,5	-32,6	4,6
	Ind. Outras	1,9	4,2	122,1	2,3
	Subtotal	1.582,8	1.887,2	19,2	304,4
TERCIÁRIO	Combustível ²	250,6	200,1	-20,1	50,5
	Com. Atacadista	639,4	812,6	27,1	173,2
	Com. Varejista	524,7	662,6	26,3	137,9
	Energia Elétrica	434,6	461,7	6,2	27,1
	Outros Serviços	52,6	61,4	16,7	8,8
	Serv. de Comunicação	211,4	253,0	19,7	41,7
	Serv. de Transp.	159,2	110,8	-30,4	48,4
	Subtotal	2.272,6	2.562,3	12,7	289,7
	Total	3.881,8	4.539,5	16,9	657,7

Fonte: ORACLE (SEFAZ) *Dados coletados em 21/07/2020. ¹Fazem parte desse grupo, as atividades de extração de petróleo e gás natural; de fabricação de álcool e de derivados do petróleo e de refino de óleos lubrificantes. ²Fazem parte desse grupo, atividades relacionadas ao comércio atacadista e à distribuição de combustíveis.

Ademais, em relação às medidas estaduais de estímulo econômico contra os efeitos da Covid-19, com impacto sobre o ICMS, foram implementados no período de referência:

- Redução da carga tributária do ICMS para o setor de bares, restaurantes, estabelecimentos similares e empresas preparadoras de refeições coletivas, que agora pagarão apenas 2% de imposto no fornecimento de refeições e alimentação até dez/2021 – instituído pela Medida Provisória nº 345/2021;
- Redução de 4% para 1% a carga tributária do ICMS incidente sobre as vendas internas de pescado, por meio do Decreto 36.650/2021;
- Aprovação do adiamento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que beneficiará 130 mil microempresas;
- Programa Tarifa Social: o ano de 2020 fechou com 924.879 famílias beneficiadas, e até o mês julho esse número havia evoluído para 957.897 beneficiários no Estado. Com a medida, foram R\$ 154 milhões injetados no Maranhão no primeiro semestre de 2021, via desoneração de ICMS.

Transferências Constitucionais registram crescimento de 20,8% no primeiro semestre de 2021

As Transferências Constitucionais para o Maranhão totalizaram R\$ 4,7 bilhões de janeiro a junho de 2021, cerca de R\$ 814,5 milhões a mais que o registrado no mesmo período de 2020. Os repasses por meio do Fundo de Participação dos Estados - FPE (R\$ 3,7 bilhões) foram os mais representativos impulsionados pela arrecadação do Imposto de Renda e o IPI.

Tabela 20. Maranhão: Transferências Constitucionais para o Maranhão no acumulado de janeiro a junho de 2020 e 2021, em R\$ milhões correntes, crescimento (%) e Variação Absoluta

Descrição	Acumulado (janeiro - junho)			
	2020	2021	Cresc. (%)	Var. Abs.
Estado	3.922,70	4.737,18	20,8	814,5
FPE	3.026,20	3.725,91	23,12	699,7
FUNDEB	741,14	911,96	23,05	170,8
Demais ¹	155,36	99,31	-36,08	-56,1

Fonte: STN ¹Fazem parte dessa rubrica a Cide-combustíveis, o IOF-Ouro, o IPI vinculado à exportação, as transferências relacionadas à Lei Kandir e os royalties.

Destaca-se que a alta verificada nos resultados de 2021 frente a 2020 é justificada, em parte, pela crise gerada pela pandemia de Covid-19, o que fez com que vários tributos, nos primeiros meses da pandemia tivessem o prazo de pagamento adiado. Medida que afetou a arrecadação no primeiro semestre de 2020.

Gastos com Saúde ocupam o primeiro lugar entre as funções da despesa pública estadual em 2021

No primeiro semestre de 2021, as despesas do estado corresponderam a R\$ 10,8 bilhões, uma variação absoluta de R\$2,3 bilhões, associada principalmente a medidas de combate à pandemia da Covid/19. Desse montante, R\$ 8,8 bilhões foram direcionados para as Despesas Correntes e R\$ 1,8 bilhão para as Despesas de Capital, com destaque para a rubrica dos Investimentos que atingiu R\$ 523,7 milhões no período, o equivalente a 9,3% da despesa total.

Enquanto o avanço nas receitas em 2021 foi notado em todos os entes federados, o comportamento dos investimentos em 2021 não é uniforme. Das 27 unidades da federação, 14 tiveram queda nessa rubrica enquanto no restante houve aumento.

Considerando as 27 unidades da federação, em termos de taxa de crescimento do investimento no primeiro semestre de 2021, o Maranhão (+135,5%) lidera o ranking, segundo dados do Tesouro Nacional. Já em termos absolutos, o Maranhão corresponde à quinta unidade da federação com maior recurso investido.

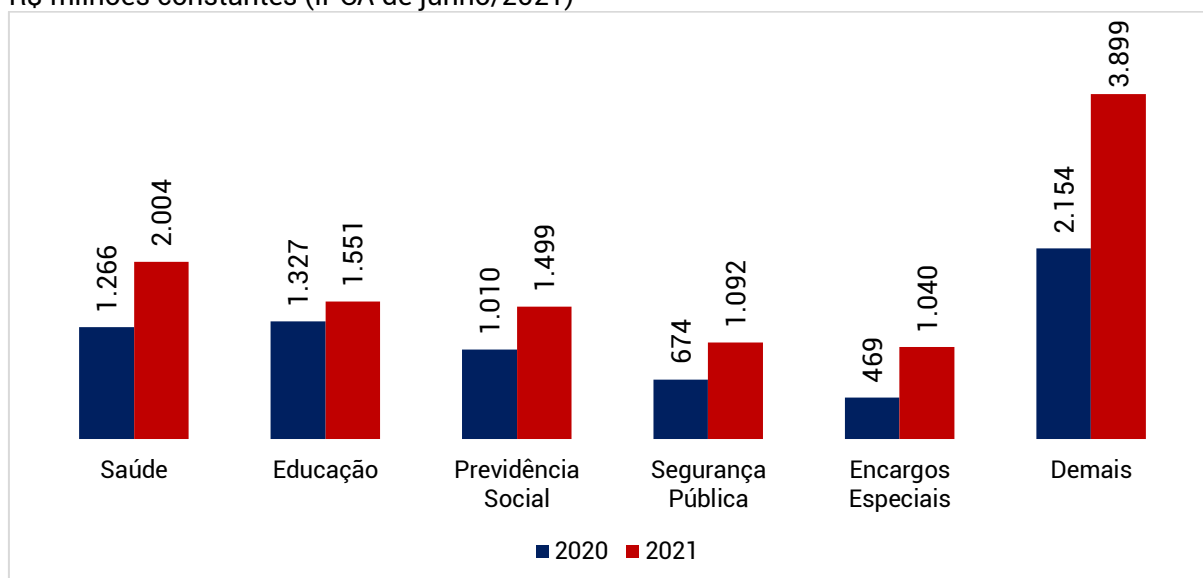
Tabela 21 - Maranhão: Despesas Correntes e de Capital no acumulado de janeiro a junho de 2019 e 2020, em R\$ milhões constantes (IPCA de junho/2020)

Descrição	Acumulado		Var. Abs	Cresc. Real (%)
	2020	2021		
Despesas Correntes	7.514,1	8.791,1	1.277,0	17,0
Pessoal e Encargos Sociais	4.714,0	5.018,6	304,6	6,5
Juros e Encargos da Dívida	118,3	204,0	85,7	72,4
Outras Despesas Correntes	2.681,8	3.568,5	886,6	33,1
Despesas de Capital	737,8	1.765,5	1.027,7	139,3
Investimentos	458,2	981,9	523,7	114,3
Inversões Financeiras	11,6	117,7	106,1	910,6
Amortização da Dívida	268,0	665,9	398,0	148,5
Total (I + II)	8.252,0	10.556,6	2.304,7	27,9

Fonte: SEPLAN *Dados passíveis de alteração

Quanto aos gastos por função, a área da Saúde apresentou o maior crescimento absoluto dentre todas as funções, somando R\$ 2 bilhões. Esse aumento é decorrente da maior mobilização de recurso, necessários para preservar o maior número de vidas durante a continuidade da pandemia, bem como estimular a recuperação econômica e do emprego.

Gráfico 22 - Maranhão: Gastos por função no acumulado de janeiro a junho de 2020 e 2021*, em R\$ milhões constantes (IPCA de junho/2021)



Fonte: SEPLAN *Fazem parte dessa rubrica, as seguintes funções: Justiça, Cultura; Ciência e Tecnologia; Gestão Ambiental; Indústria; Desporto e Lazer; Comércio e Serviços; Trabalho; Habitação; Organização Agrária; Encargos Especiais; Administração; Essencial à Justiça; Legislativa; Direitos da Cidadania; Transporte; Assistência Social; Urbanismo; e Agricultura e Saneamento.
**Dados passíveis de alteração

3.5 Mercado de Trabalho

3.5.1. Ocupação Formal e Informal

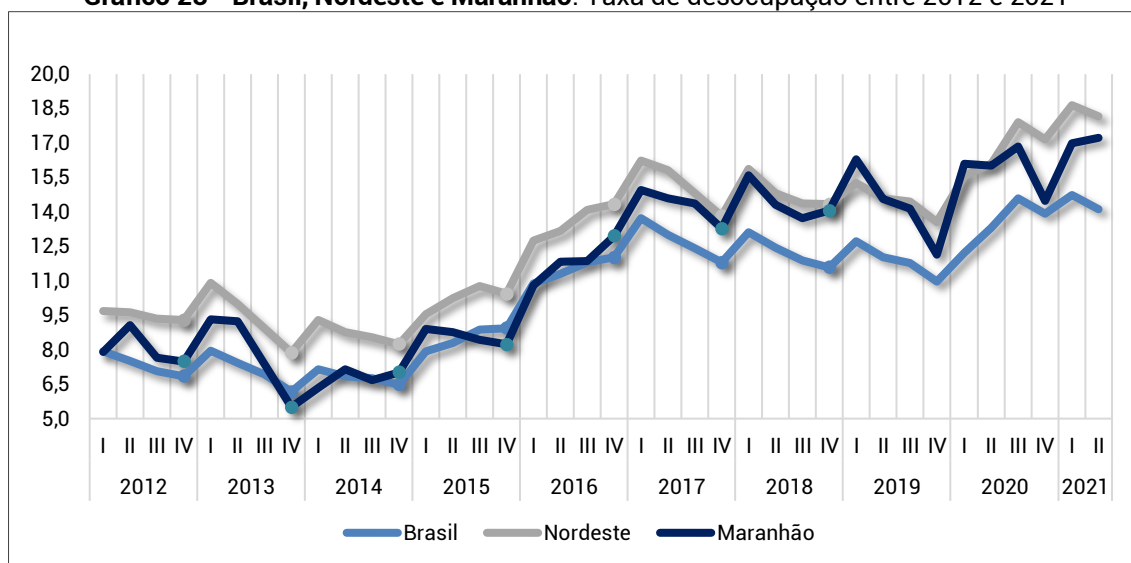
Taxa de Desemprego no Maranhão alcança 17,2% no segundo trimestre de 2021, permanecendo estatisticamente estável

Os dados da PNADc sobre o Maranhão, relativos ao 2º trimestre de 2021, mostram que a taxa de desocupação no estado atingiu 17,2%, permanecendo estatisticamente estável no comparativo interanual e relação ao trimestre anterior, segundo metodologia do IBGE.

Frente ao trimestre anterior a taxa de desocupação caiu apenas no Amazonas (-1,9 p.p.), Espírito Santo (-1,5 p.p.), Rio de Janeiro (-1,5 p.p.) e Minas Gerais (-1,3 p.p.). Já frente ao mesmo trimestre de 2020, houve altas em quatro unidades da Federação, Pernambuco (6,5 p.p.), Amapá (5,0 p.p.), Pará (4,3 p.p.) e Ceará (2,9 p.p.). E queda em Santa Catarina (-1,1 p.p.).

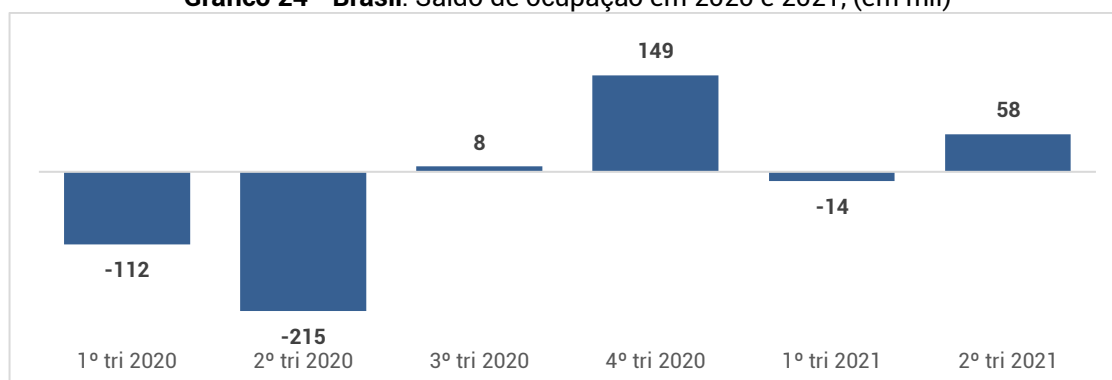
Em termos absolutos, o número de desocupados no estado alcançou 457 mil, resultado da entrada de 19 mil pessoas no contingente de desempregados em relação ao primeiro trimestre do ano. Esse contínuo aumento no número de desempregados no Maranhão mostra um mercado de trabalho se reorganizando à medida que a pandemia vai sendo controlada e quem, antes estava fora do mercado volta a se inserir na força de trabalho, provocando elevação da taxa de desocupação.

Gráfico 23 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desocupação entre 2012 e 2021



Fonte: PNAD Contínua trimestral/IBGE

O **Gráfico 24** mostra o saldo de ocupações fechadas e criadas durante a pandemia, e nos seis primeiros meses de 2021

Gráfico 24 - Brasil: Saldo de ocupação em 2020 e 2021, (em mil)

Fonte: PNAD Contínua trimestral/IBGE

Fica evidenciado que o impacto da pandemia sobre o mercado de trabalho maranhense ocorreu de forma mais expressiva no primeiro trimestre de ocorrência de casos de Covid-19. O período entre março e maio ficou marcado pelo maior rigor das medidas de isolamento social – sejam elas impostas ou voluntárias.

A partir de julho, com maior flexibilização das medidas de restrição à circulação, o emprego apresentou alta de 8 mil vagas. Tendência ampliada no último trimestre de 2020, quando o mercado de trabalho reverteu a trajetória e gerou uma quantidade expressiva de oportunidades, com crescimento absoluto de 149 mil de novos ocupados. A maior abertura de vagas no semestre deve-se, em parte, ao Plano Emergencial de Empregos Celso Furtado, ação voltada à geração de emprego e renda. Com investimentos públicos de R\$ 558 milhões, o estado realizou um conjunto de obras e compras públicas, a fim de aquecer a economia e seguir gerando novos postos de trabalho.

No primeiro trimestre de 2021, por sua vez, o mercado de trabalho apresentou recuo de 14 mil pessoas em seu contingente, explicada pela segunda onda de casos da pandemia de Covid-19, que implicou em ações restritivas, além de fatores sazonais associados às demissões de vagas temporárias contratadas pelo setor terciário no final do ano anterior e às condições climáticas que impactam principalmente setores como a Construção Civil.

Contudo, no segundo trimestre do ano o contingente de ocupados acima de 14 anos no estado alcançou 2,19 milhões de pessoas, efeito do crescimento de 2,7% em relação ao trimestre anterior e de 10,1% no comparativo interanual. A maior dinâmica do mercado de trabalho também pode ser medida pelo contingente de pessoas inseridas na Força de Trabalho, que já superou o patamar pré-pandemia.

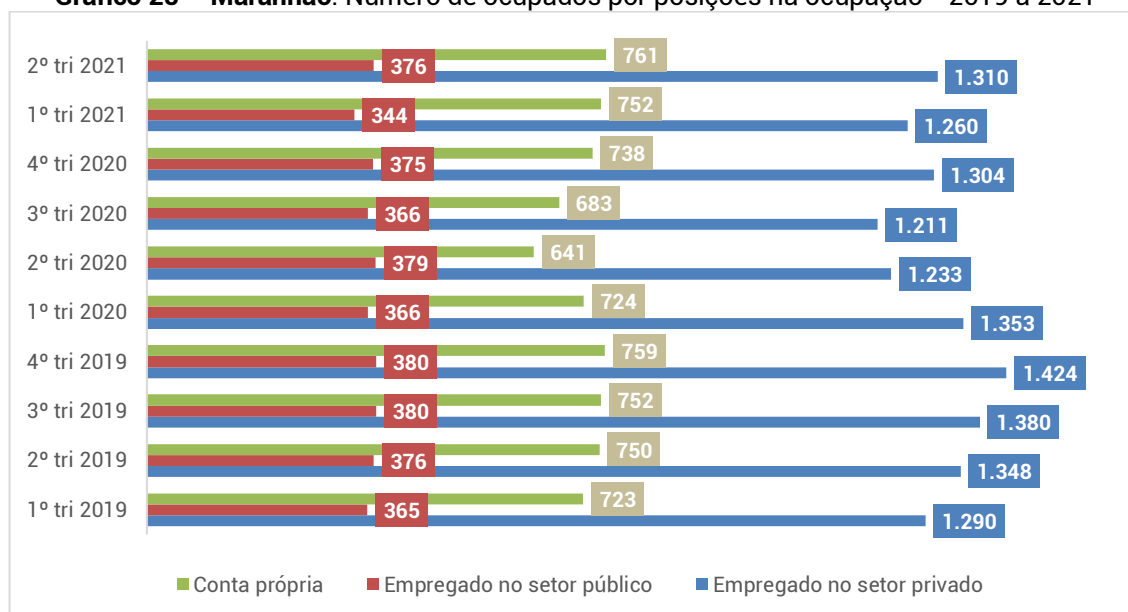
Todos os setores apresentaram variações positivas do total de ocupados, na comparação com o mesmo período do ano anterior. A Construção registrou o maior crescimento absoluto, seguido dos Serviços, o setor que concentra a maior parte dos ocupados, com destaque para os "Alojamento e alimentação". Entretanto, foi na Indústria de Transformação que o aumento do emprego apresentou a maior variação percentual, de 39,5%.

Tabela 22 - Maranhão: Número de ocupados (em mil pessoas), segundo os grupamentos de atividade, de 2020 a 2021; Variação Absoluta e taxa de crescimento (%)

Grupamentos de Atividade	2º tri 2020	1º tri 2021	2º tri 2021	Var. tri anterior		Var. interanual	
				Abs.	%	Abs.	%
Total	1.996	2.139	2.197	58	2,71	201	10,07
Agropecuária	311	314	347	33	10,5	36	11,6
Indústria	111	140	140	0	0,0	29	26,1
Indústria de transformação	81	122	113	-9	-7,4	32	39,5
Construção	149	188	199	11	5,9	50	33,6
Comércio, reparação de veículos	461	521	501	-20	-3,8	40	8,7
Serviços inclusive APU, educação. e saúde	963	976	1.009	33	3,4	46	4,8
Transporte, armazenagem e correio	84	89	91	2	2,2	7	8,3
Alojamento e alimentação	82	125	128	3	2,4	46	56,1
Informação, comunic., ativ. financ., imob. e adm.	115	119	123	4	3,4	8	7,0
Outros serviços	89	87	81	-6	-6,9	-8	-9,0
Serviços domésticos	119	132	142	10	7,6	23	19,3
Administração pública, educação e saúde	474	424	444	20	4,7	-30	-6,3

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

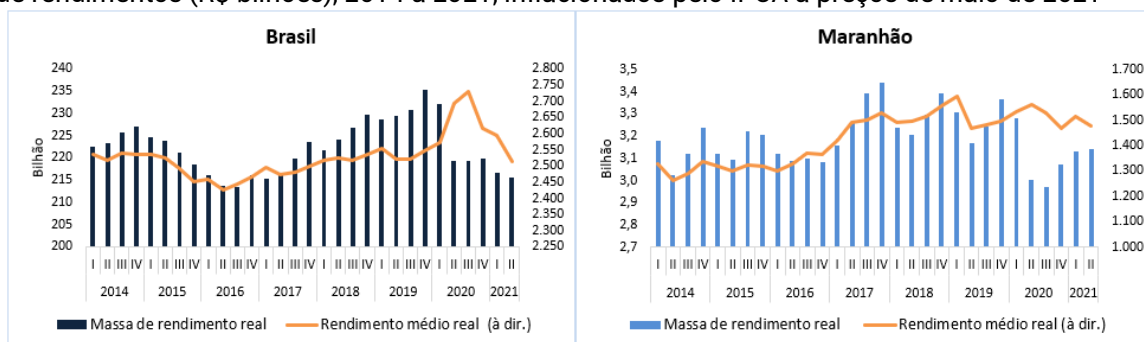
Na abertura por posições na ocupação, observa-se no **Gráfico 25** que o contingente de empregados no Setor Público e Privado alcançou o maior patamar desde o início da pandemia, bem como os Conta Própria. Dentre os negócios abertos, enfatiza-se o número de microempreendedores individuais, os MEI. Segundo dados da Receita Federal, o número de MEI no Maranhão cresceu 9% no segundo semestre do ano passado e 11% no acumulado de 2021, totalizando 146.662 microempreendedores individuais. O movimento dissonante com a realidade econômica indica que muitos trabalhadores que perderam o emprego durante a crise lançaram mão do próprio negócio como alternativa para obter renda.

Gráfico 25 – Maranhão: Número de ocupados por posições na ocupação - 2019 a 2021

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

No que se refere à análise dos rendimentos, a massa de rendimentos reais da população ocupada do Maranhão (R\$ 3,1 bi) registrou variação de 0,3% na comparação com o trimestre anterior e de 4,6% contra o mesmo período do ano anterior. O movimento de alta da massa de renda no Maranhão continua evoluindo se aproximando do patamar pré-pandemia diferente da trajetória observada em âmbito nacional.

Gráfico 26 - Brasil e Maranhão: Rendimento médio real (R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões), 2014 a 2021, inflacionados pelo IPCA a preços de maio de 2021



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

3.5.2. Mercado de Trabalho Formal Celetista

Maranhão cria 24,8 mil empregos nos primeiros sete meses do ano, a segunda maior variação do Nordeste

O Maranhão apresentou saldo de 4.844 admissões líquidas em julho de 2021, sexto mês consecutivo de geração de vagas. Exceto o mês de abril, todos os meses posteriores a janeiro fecharam com saldo superior a 3 mil vínculos.

Com o resultado, o estado acumula nos primeiros sete meses do ano resultado líquido de 24.813 trabalhadores admitidos, a segunda maior variação do Nordeste. Alcançando assim, o total de 525.844 trabalhadores celetistas no mercado de trabalho maranhense.

Ao investigar o saldo de contratações no mês, verifica-se que o setor de "Serviços" (+1,4 mil vínculos) capitaneou a geração de vagas. Também houve abertura de vagas nos grupamentos de "Construção" (+1,3 mil vínculos), "Comércio" (+1,0 mil vínculos), "Indústria" (+797 vínculos), concentradas na "Indústria de Transformação" (+743 vínculos), e "Agropecuária" (+257 vínculos).

Tabela 23 - Maranhão: Geração de emprego formal por grupamento de atividades econômicas – saldo mensal* e acumulado**

Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	Julho/21	Acumulado
Maranhão – Total	4.844	24.813
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	257	2.869
Indústria Geral	797	1.985
Indústrias Extrativas	25	138
Indústrias de Transformação	743	1.431
Eletricidade e Gás	12	24
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	17	392
Construção	1.319	3.109
Comércio	1.051	5.799
Serviços	1.420	11.051
Transporte, armazenagem e correio	266	604
Alojamento e alimentação	336	1.058
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	559	3.202
Informação e Comunicação	114	-330
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	26	241
Atividades Imobiliárias	18	193
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	147	1.072
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	254	2.026
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, Educação, Saúde Humana e Serviços Sociais	-72	4.311
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	2	-134

Educação	-49	697
Saúde Humana e Serviços Sociais	-25	3.748
Serviços domésticos	0	0
Outros serviços	331	1.876
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	19	116
Outras Atividades de Serviços	312	1.760
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	0	0
<i>Não identificado</i>	0	0

Fonte: Novo CAGED – MTP

*Sujeito a ajuste nos meses posteriores, devido às declarações submetidas fora do prazo

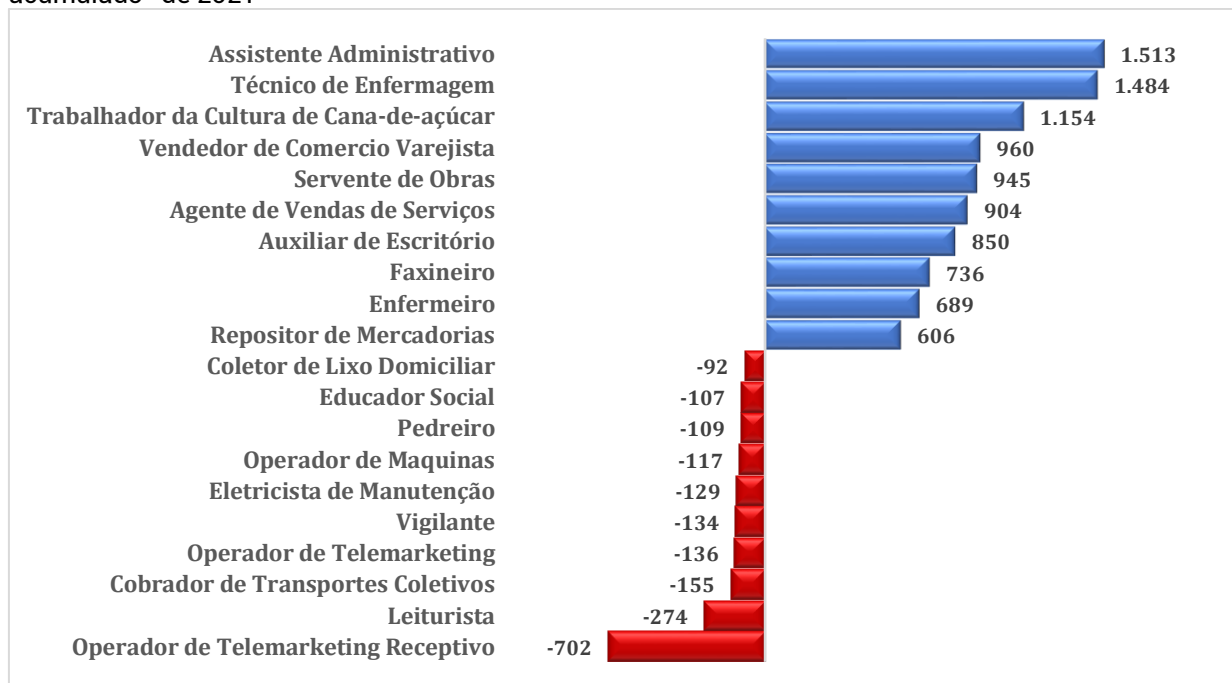
** janeiro a julho de 2021

A “Construção” vem se destacando, gerando mais de 4 mil vagas nos últimos três meses. O governo do estado vem atuando no sentido de ampliar as obras executadas no estado, que além de garantir mais infraestrutura, são sinônimo de emprego e renda. Pode-se elencar como exemplos a construção do Hospital da Ilha, 13 novas unidades do Instituto de Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA). Em relação às rodovias, segundo a SINFRA, são R\$ 152 milhões de investimentos sendo executados, distribuídos em 42 operações que estão em expansão contínua.

O **Gráfico 27** apresenta os tipos de ocupações que registraram maiores e menores saldos de empregos formais em 2021, destacando: “Assistente administrativo” (+1,5 mil vínculos), “Técnico de Enfermagem” (+1,5 mil vínculos) e “Trabalhador da Cultura de Cana-de-açúcar” (+1,1 mil vínculos)

Por outro lado, as ocupações que mais desmobilizaram mão de obra até julho de 2021 foram: “Operador de Telemarketing” (-702 vínculos), “Leiturista” (-274 vínculos) e “Cobrador de Transportes Coletivos” (-155 vínculos).

Gráfico 27 - Maranhão: Saldo de Emprego Formal por tipo de Ocupação, dez maiores e dez menores no acumulado* de 2021



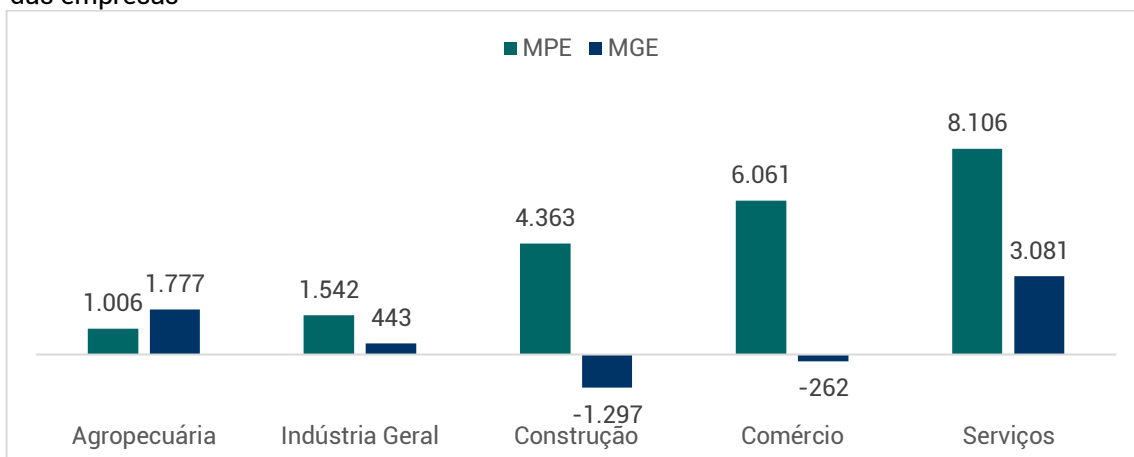
Fonte: Novo CAGED – MTP

* janeiro a julho de 2021

Seguindo a metodologia do SEBRAE, que utiliza como critério de classificação de porte a quantidade de vínculos, as Micro e Pequenas Empresas (MPE) foram responsáveis pela geração de 21,1 mil empregos formais no Maranhão em 2021, que equivale a 85% do total de empregos gerados no estado. O setor de “Serviços” foi o grupamento que mais contribuiu para o resultado, com abertura

de 8,1 mil vagas. Nas Médias e Grandes Empresas (MGE) foram registrados 3,7 mil empregos adicionais por meio do segmento empresarial, com forte desmobilização no setor de Construção (-1,3 mil vínculos).

Gráfico 28 - Maranhão: Saldo de empregos gerados no acumulado do ano*, segundo o porte das empresas

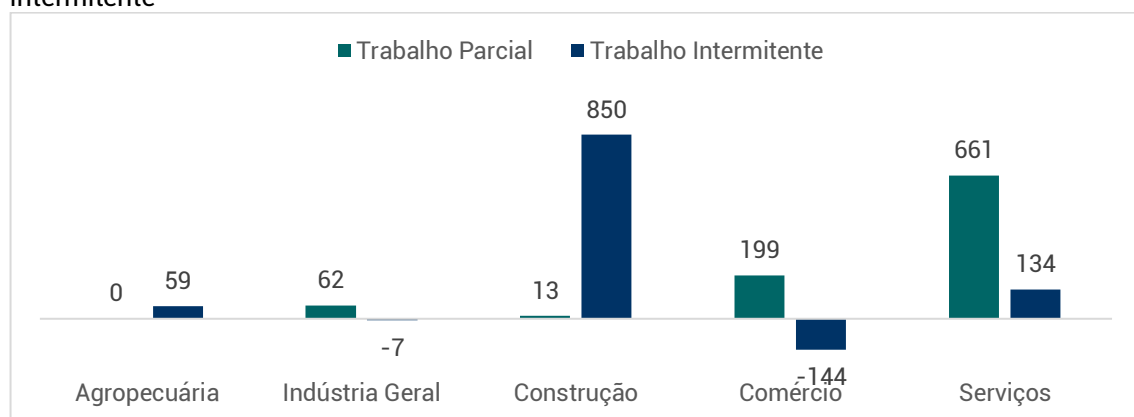


Fonte: Novo CAGED – MTP

* janeiro a julho de 2021

No acumulado de janeiro a julho de 2021, em todo o estado houve 935 contratações líquidas na modalidade de trabalho em regime parcial, concentradas no grupamento de "Serviços" (+661 vínculos) e Comércio (+199 vínculos). Por sua vez, o trabalho intermitente, modalidade criada pela reforma trabalhista que permite jornada em dias alternados ou por horas determinadas, gerou 892 vínculos, ocorridos principalmente na "Construção", com 850 contratações líquidas.

Gráfico 29 - Maranhão: Saldo acumulado* de emprego com carteira em regime parcial e trabalho intermitente



Fonte: Novo CAGED – MTP

* janeiro a julho de 2021

Em relação ao perfil das contratações ocorridas entre janeiro e julho de 2021:

- A maior parte das vagas geradas foram ocupadas por homens.
- Na abertura por faixa etária, os que possuíam até 24 anos obtiveram maior inserção no mercado de trabalho formal, seguidos pelos que possuíam idade entre 25 e 39.
- A geração ocorrida na maior parte das faixas da população jovem contrastou com o saldo de demissões líquidas ocorridas entre a população com idade acima de 50 anos.

- Considerando o nível de escolaridade, a maior parte das vagas geradas foram ocupadas por pessoas que possuíam como escolaridade máxima o Ensino Médio completo. Destaca-se também, a criação líquida de empregos dentre os que possuem Ensino Superior.
- Trabalhadores que recebem até 2 salários mínimos foram responsáveis pela geração de empregos no estado. Aponta-se a forte desmobilização ocorrida na faixa inferior a 1 salário.

Tabela 24 - Maranhão: Geração de emprego formal considerando o perfil social; no acumulado* de 2021

Perfil Social		Saldo
Total		24.813
SEXO	Homem	14.979
	Mulher	9.834
FAIXA ETÁRIA	Até 24 anos	13.811
	25 a 39 anos	9.170
	40 a 49 anos	2.275
	50 a 64 anos	-203
	65 anos ou mais	-239
ESCOLARIDADE	Analfabeto	217
	Fundamental Incompleto	866
	Fundamental Completo + Médio Incompleto	1.830
	Médio Completo + Superior Incompleto	18.638
	Superior Completo	3.262
FAIXA SALÁRIAL	até 1 SM	-8.955
	1 a 2 SM	16.398
	2 A 5 SM	1.148
	5 A 10 SM	-120
	Mais de 10 SM	-63

Fonte: Novo CAGED – MTP

* janeiro a julho de 2021

Em relação aos empregos gerados no território maranhense, segundo o Novo Caged, 156 municípios apresentaram saldos positivos de empregos no acumulado do ano até julho, os maiores resultados foram apresentados pelas seguintes cidades:

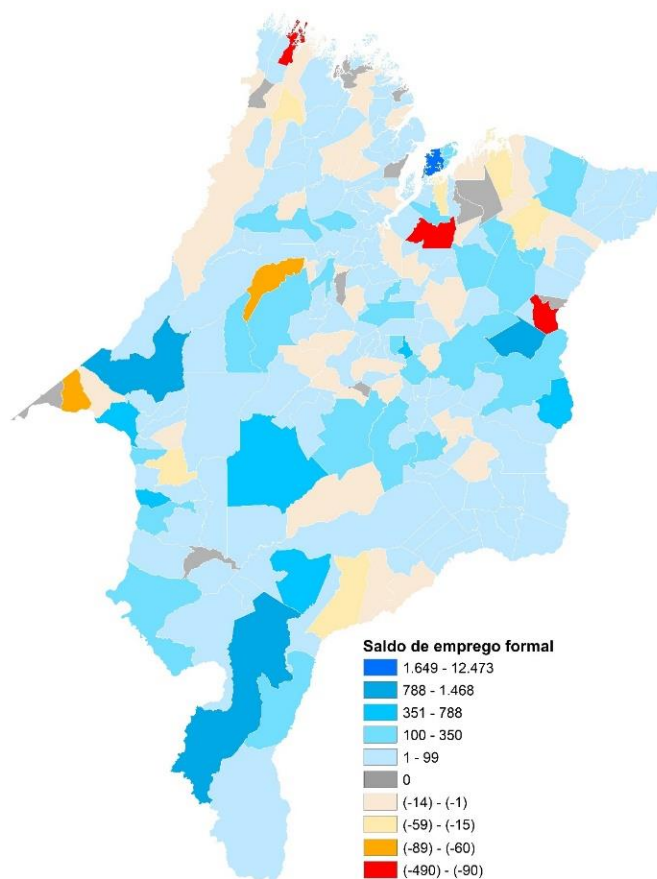
- **São Luís** (+12,5 mil vínculos); principalmente nos segmentos de “Saúde Humana e Serviços Sociais” (+2,9 mil vínculos) e de “Obras de Infraestrutura” (+1,7 mil vínculos);
- **Balsas** (+1,5 mil vínculos); mais acentuadamente nas atividades de “transporte terrestre” (+201 vínculos) e de “pós colheita” (+143 vínculos);
- **Aldeias Altas** (+1,1 mil vínculos); concentrados na atividade de “Cultivo de Cana-De-Açúcar” (1,1 mil vínculos);
- **Açailândia** (+882 vínculos);
- **Pedreiras** (+788 vínculos).

Quanto aos 50 municípios que registraram perda de vagas, as mais expressivas foram em:

- **Coelho Neto** (-406 vínculos); devido ao desempenho da atividade de “Fabricação e Refino de Açúcar” (-444 vínculos);
- **Godofredo Viana** (-294 vínculos); em razão da forte desmobilização no segmento de “Construção de Rodovias e Ferrovias” (-312 vínculos);
- **Itapecuru Mirim** (-197 vínculos);

Ademais, 11 municípios apresentaram saldo de contratações nulo.

Figura 1 - Municípios maranhenses: Saldo de emprego com carteira no acumulado do ano 2021*



Fonte: Novo CAGED – MTP
* janeiro a julho de 2021

BOLETIM DE CONJUNTURA

ECONÔMICA MARANHENSE

WWW.IMESC.MA.GOV.BR

IMESC SEPE

